



**VOCES  
DEL SUR**

**A IMPRENSA LATINO-AMERICANA  
SOB ATAQUE:  
VIOLÊNCIA, IMPUNIDADE E EXÍLIO**

**RELATÓRIO SOMBRA SOBRE A LIBERDADE  
DE IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA**

**2023**



### **Coordenação**

Chloe Zoeller

Thomas Burt

### **Edição**

Miguel Gómez

### **Pesquisa e análise**

Olga Valle

Hansel Quintero

### **Assistente de Pesquisa**

Luca Gallici

### **Processamento de dados**

Betzy Fores

### **Diagramação e design**

Archipiélago

Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhaigual 4.0 Internacional. Você pode adaptar e compartilhar o material com a mesma licença, citando o original.

Esta publicação foi possível graças ao apoio da Pan American Development Foundation (PADF). O conteúdo do relatório é de responsabilidade de seus autores e não representa os pontos de vista da organização.

 <http://www.vocesdelsurunidas.org/>

 <https://www.facebook.com/VDSorg>

 <https://twitter.com/VSorg>

A Rede Voces del Sur é uma rede de organizações da sociedade civil da América Latina que trabalham em coordenação com o objetivo de promover e defender a liberdade de imprensa, liberdade de expressão, o acesso à informação e segurança e proteção dos jornalistas. A Rede Voces Del Sul nasceu no ano de 2017 com a ideia de criar um registro comum de agressões à liberdade de imprensa que permita ter uma visão comparativa da situação dessas liberdades fundamentais em nossa região.

### **Argentina**

Foro de Periodismo

Argentino (FOPEA)

### **Bolívia**

Asociación Nacional de la

Prensa de Bolivia (ANP)

### **Brasil**

Asociación Brasileña de

Periodismo de Investigación

(ABRAJI)

### **Chile**

Observatorio del Derecho a

la Comunicación (ODC)

### **Colômbia**

Fundación para la Libertad

de Prensa (FLIP)

### **Costa Rica**

Instituto de Prensa y

Libertad de Expresión

(IPLEX)

### **Cuba**

Instituto Cubano de

Libertad de Expresión y

Prensa (ICLEP)

### **Ecuador**

Fundación Andina para la

Observación y Estudio de

Medios (FUNDAMEDIOS)

### **El Salvador**

Asociación de Periodistas de

El Salvador (APES)

### **Guatemala**

Instituto Centroamericano de

Estudios para la Democracia

Social (DEMOS)

### **Honduras**

Comité por la Libre Expresión

(C-LIBRE)

### **México**

Artículo 19 México y

Centroamérica (ARTICLE 19)

### **Nicarágua**

Fundación por la Libertad de

Expresión y Democracia

(FLED)

### **Paraguai**

Instituto de Derecho y

Economía Ambiental (IDEA)

### **Peru**

Instituto de Prensa y

Sociedad (IPYS-Peru)

### **Uruguai**

Centro de Archivos y Acceso

a la Información (Cainfo)

### **Venezuela**

Instituto de Prensa y

Sociedad (IPYS-Venezuela)

# ÍNDICE

Resumo Executivo . . . . .	4
Introdução . . . . .	5
Metodologia . . . . .	6
América Latina . . . . .	11
Argentina . . . . .	20
Bolívia. . . . .	23
Brasil . . . . .	26
Chile . . . . .	29
Colômbia . . . . .	32
Costa Rica . . . . .	35
Cuba . . . . .	38
Equador. . . . .	41
El Salvador . . . . .	44
Guatemala . . . . .	48
Honduras . . . . .	51
México . . . . .	54
Nicarágua. . . . .	57
Paraguai . . . . .	60
Peru. . . . .	63
Uruguai . . . . .	66
Venezuela . . . . .	70
Conclusões E Recomendações. . . . .	73



# RESUMO EXECUTIVO

Em 2023, na América Latina, foram cometidas em média 10 violações diárias à liberdade de imprensa; aproximadamente 1 agressão a cada 2 horas. A consolidação de regimes antidemocráticos e a proliferação do crime organizado na região criaram uma combinação extremamente perigosa para a liberdade de imprensa e o exercício jornalístico. Os dados indicam um agravamento da violência contra a imprensa, em meio a um clima de impunidade promovido pela inércia — e às vezes pela cumplicidade — das autoridades estatais. Este ano, a violência e a repressão custaram a vida de 17 jornalistas, enviaram dezenas de comunicadores e trabalhadores da mídia para a prisão e, em conjunto, forçaram a autocensura e o exílio

de centenas de profissionais do jornalismo em diferentes países da região, contribuindo decisivamente para o surgimento de verdadeiros desertos informativos, ou zonas de silêncio, em diversas partes da região. A violência e a repressão ao trabalho jornalístico não apenas ameaçam a integridade física e profissional dos jornalistas e trabalhadores da mídia, mas também têm consequências para a sociedade como um todo. A censura e a perseguição da imprensa independente minam os próprios alicerces da democracia ao negar informações verdadeiras aos cidadãos e evitar a prestação de contas das autoridades públicas, perpetuando a impunidade e consolidando o poder de regimes autoritários.



# INTRODUÇÃO

A Rede Voces del Sur (VDS) é uma iniciativa de 17 Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham para promover e defender a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e acesso à informação ao longo da América Latina. A Rede VDS começou em 2017 com o objetivo de projetar e implementar uma metodologia compartilhada baseada no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.10.1 para monitorar e relatar violações a essas liberdades fundamentais, registradas continuamente por meio da publicação de alertas. Além de suas atividades de monitoramento, a Rede VDS teve um impacto significativo na promoção da liberdade de expressão na região por meio de sua incidência coletiva. Este ano, a Rede VDS apresenta a sexta edição de seu

Relatório Sombra. Este relatório, elaborado anualmente, tem como objetivo enriquecer e contrastar as informações que os diferentes governos nacionais costumam publicar — ou omitir — em seus próprios relatórios oficiais. A coleta e o processamento de dados coletados pelas organizações parceiras permitem avaliar independentemente as tendências, conquistas e dificuldades relacionadas ao cumprimento do ODS 16.10.1, contribuindo assim para a busca de soluções. Além disso, orienta a análise de políticas públicas e fornece evidências empíricas para impulsionar esforços que promovam a consolidação de sociedades mais democráticas, justas, pacíficas e inclusivas na região.



# METODOLOGIA

**Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16:** promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

**Meta 16.10:** garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com as leis nacionais e acordos internacionais.

**Indicador 16.10.1:** número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de: jornalistas, membros associados da mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos, nos últimos 12 meses.

As informações e dados contidos neste Relatório Sombra são provenientes do monitoramento realizado pelas organizações parceiras nos 17 países da América Latina onde a Rede VDS opera atualmente. As organizações parceiras documentam violações à liberdade de imprensa utilizando uma metodologia comum construída de forma consensual e com base no indicador 16.10.1 dos ODS. A base da metodologia de monitoramento da Rede VDS é a documentação

de “alertas” de violência contra a imprensa. Os alertas emitidos são classificados de acordo com 13 indicadores regionais comuns, e um indicador transversal de gênero. Nos casos em que há mais de uma vítima identificada em um mesmo alerta, a metodologia registra cada vítima separadamente.

Os alertas são organizados seguindo a regra do “crime mais grave”: se um incidente envolve elementos de mais de uma categoria, é codificado na categoria de maior gravidade. Por fim, os indicadores da metodologia de monitoramento da Rede VDS consideram exclusivamente os atos que são consequência direta do exercício da profissão jornalística ou que têm o objetivo de obstruir, censurar ou impactar negativamente o trabalho jornalístico. Além de ser consensual entre as organizações parceiras da Rede VDS, a metodologia de monitoramento segue as diretrizes do Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre os Indicadores dos ODS (IAEG-SDG, na sigla em inglês). Ela foi apresentada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para consulta e tem sido aperfeiçoada regularmente ao longo de 6 anos de implementação no território.

## INDICADORES DA REDE VDS



1. **ASSASSINATO:** Homicídio intencional de uma pessoa jornalista



2. **SEQUESTRO:** Sequestro e retenção ilegal de uma ou vários jornalistas contra a sua vontade



3. **DESAPARECIMENTO FORÇADO:** Detenções ou qualquer outra forma de privação de liberdade de jornalistas realizadas por agentes governamentais, grupos ou pessoas agindo em nome ou com apoio do Estado, e que se recusam a revelar o destino ou paradeiro, ou a reconhecer que estão privadas de liberdade



4. **DETENÇÃO ARBITRÁRIA:** Prisão, detenção ou retenção de uma pessoa jornalista sem julgamento justo ou sem base legal que justifique a privação da liberdade



5. **TORTURA:** Ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa jornalista dores, intimidações, coerções ou sofrimentos graves, físicos ou mentais



6. **AGRESSÕES E ATAQUES:** Ações violentas, intimidadoras ou limitadoras, que podem ser físicas ou verbais, contra jornalistas ou meios de comunicação



7. **DISCURSO ESTIGMATIZANTE:** Ataques, geralmente verbais, realizados publicamente com o objetivo de desacreditar e difamar uma ou várias pessoas jornalistas ou um meio de comunicação



8. **VIOLÊNCIA SEXUAL:** Atos, tentativas, comentários ou insinuações sexuais indesejadas, tanto em espaços físicos quanto digitais



**9. PROCESSOS CÍVEIS E PROCESSOS CRIMINAIS:** Julgamento de ação privada ou pública em que as consequências podem incluir multas, prisões, entre outros



**10. RESTRIÇÕES AO ACESSO À INFORMAÇÃO:** Obstáculos para acessar informações de interesse público ou fatos noticiosos



**11. USO ABUSIVO DO PODER ESTATAL:** Ações planejadas, propostas e executadas pelo Estado que, abusando de sua condição de poder, são impostas contra os padrões internacionais de liberdade de imprensa, prejudicando economicamente os meios e jornalistas ou impedindo a realização de seu trabalho



**12. MARCO JURÍDICO CONTRÁRIO AOS PADRÕES INTERNACIONAIS:** Proposta e/ou aprovação de normas, que podem incluir leis, decretos, resoluções, ordenanças e/ou regulamentos, que restrinjam a liberdade de imprensa, expressão e o direito ao acesso à informação e/ou gerem censura



**13. RESTRIÇÕES NA INTERNET:** Impedimento e/ou limitação à liberdade de imprensa na rede por meio de estratégias que limitam seu uso para publicar ou acessar informações



**14. ALERTA DE GÊNERO (TRANSVERSAL):** Avalia se o motivo por trás de um ataque ou violação está relacionado à identidade de gênero, expressão de gênero e/ou orientação sexual da vítima.



## GÊNERO E INCLUSÃO

A Rede VDS incorporou à sua metodologia um indicador de violência sexual e um indicador transversal de gênero para documentar ameaças e ataques diferenciados contra mulheres jornalistas ou jornalistas LGBTQIA+. A violência sexual se refere a agressões de natureza explicitamente sexual, especialmente aquelas que vêm de uma posição de poder com o objetivo de sugerir, intimidar, coagir ou obrigar as vítimas a manter relações sexuais com seus agressores. O “alerta de gênero” — indicador transversal — é emitido quando uma violação à liberdade de imprensa contém elementos de discriminação baseada em gênero, bem como aspectos físicos, sexualidade, expressão de gênero, identidade de gênero ou orientação sexual de jornalistas. Os alertas de gênero não são adicionados à contagem estatística, pois não constituem uma nova agressão, mas indicam que uma agressão — já registrada sob outro indicador — contém um elemento de discriminação baseado na identidade de gênero da vítima.

## LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia de monitoramento da Rede VDS foi desenvolvida gradualmente por meio de uma troca de experiências entre as organizações parceiras da Rede VDS. Está em processo constante de revisão e melhoria com base nas aprendizagens de cada implementação e nas experiências das organizações parceiras. No entanto, a metodologia tem algumas limitações. Primeiramente, embora a definição do Indicador 16.10.1 inclua “sindicalistas e defensores dos direitos humanos”, a Rede VDS concentra-se exclusivamente em jornalistas e trabalhadores da mídia. Em segundo lugar, como é comum no monitoramento de violações aos direitos humanos, existe um sub-registro potencial de agressões. O efeito intimidatório e de autocensura que os atos de violência tendem a gerar significa que muitos casos não são denunciados por medo de represálias. Em terceiro lugar, a precisão das estatísticas de monitoramento depende, em última análise, das capacidades de mo-

monitoramento, documentação e relatório das OSC ao nível nacional. No encerramento deste relatório, alguns alertas ainda estavam em fase de validação pelas organizações parceiras, o que significa que os dados finais podem variar. Além disso, as organizações parceiras da Rede VDS estão em diferentes estágios de adaptação e aprendizado sobre o indicador transversal de gênero, o que pode resultar em um sub-registro dessas violências. Por fim, os alertas são documentados e sistematizados pelas organizações

parceiras usando seu próprio sistema de monitoramento, adaptado às realidades de seu contexto. Para efeitos do Relatório Sombra, os registros locais são padronizados e adaptados aos 14 indicadores da metodologia de monitoramento da Rede VDS. Esse processo facilita a análise comparativa regional, mas também pode gerar discrepâncias entre os dados deste relatório e aqueles relatados pelas organizações parceiras ao nível local.



Blindfolded Argentine journalists at a protest in Buenos Aires, July 11, 2018.  
Martin Acosta / Reuters

# AMÉRICA LATINA

## ALERTAS POR PAÍS



# AMÉRICA LATINA

3827 ALERTAS

128 alertas de gênero



17  
assassinatos



13  
sequestros



1  
desaparecimento  
forçado



220  
detenção  
arbitrária



4  
torturas



1680  
agressões  
e ataques



684  
discursos  
estigmatizantes



9  
violência sexual



200  
processos cíveis  
e processos  
criminais



384  
restrições ao  
acesso à  
informação



124  
usos abusivos do  
poder estatal



20  
marcos jurídicos  
contrário aos  
padrões  
internacionais



471  
restrições na  
internet

## VÍTIMAS

1809



1011



1001



6



## AGRESSORES

53,2%  
Estatal

18,8%  
Não estatal

3,9%  
Grupos  
fora da lei

17,9%  
Não  
identificado

6,1%  
Parastatal



## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

### **Violência e criminalidade ligada ao narcotráfico em ascensão**

Em 2023, a cada 21 dias foi assassinada uma pessoa exercendo o jornalismo na América Latina. Esse ano, a Rede VDS registrou o assassinato de 17 jornalistas em 7 diferentes países da região. Assim como em 2022, México, Honduras e Equador permanecem como os países mais letais para a imprensa na região, com 5, 3 e 3 jornalistas assassinados, respectivamente. Em 2023, o Equador registrou um aumento dramático nos alertas relacionados ao crime organizado. Este ano, a FUNDAMEDIOS documentou o assassinato de 2 jornalistas e o exílio de 9, como resultado do narcotráfico. No Equador, destaca-se o assassinato do candidato presidencial e jornalista Fernando Villavicencio. Villavicencio construiu sua carreira investigando casos de corrupção ligados ao ex-presidente equatoriano, Rafael Correa, e era reconhecido por seu jornalismo crítico. Seu assassinato ocorreu em 9 de agosto de 2023 — na saída de um evento político — dias depois de denunciar ter recebido ameaças de morte do grupo de narcotráfico Cartel de Sinaloa. Com o assassinato de Villavicencio, chega a 13 o número de jornalistas assassinados nos últimos 6 anos no Equador. A Rede

VDS também registrou 1680 agressões e ataques na região, o que equivale a 43,8% do total de alertas reportados. A maioria dessas agressões e ataques contra jornalistas ocorre na forma de agressões físicas e verbais, destruição de equipamentos e infraestrutura e de ameaças e intimidações.

Em toda a região, jornalistas e meios de comunicação se tornam alvos do crime organizado por investigar e revelar operações e atividades criminosas e as redes de corrupção e clientelismo que as sustentam. A criminalidade ligada aos narcotraficantes exerce uma poderosa influência sobre a liberdade de imprensa ao impor uma atmosfera de medo e coerção que inibe a capacidade dos jornalistas de investigar e relatar de forma independente. As ameaças, a violência e a corrupção que acompanham esse fenômeno criam um ambiente no qual os jornalistas são obrigados a se autocensurar ou evitar certos temas por medo de represálias. Essa autocensura limita a capacidade dos meios de comunicação de cumprir sua função de informar o público de forma completa e precisa, minando assim um dos pilares fundamentais da democracia: a liberdade de imprensa.

O assassinato de Villavicencio no Equador reflete a profundidade com que o crime organizado se instalou na região e suas ne-

fastas consequências para o exercício do jornalismo. A expansão e consolidação das estruturas do narcotráfico nos últimos anos transformaram a América Latina em um epicentro do crime no âmbito global<sup>1</sup>, resultando em um agravamento da violência contra a imprensa latino-americana. No contexto do jornalismo, essa violência se manifesta na forma de assassinatos, torturas, sequestros, desaparecimentos forçados, ameaças de morte, agressões físicas e verbais e outras formas de violência extrema. Costuma envolver a participação de agentes estatais ou grupos criminosos organizados — estes últimos, muitas vezes, com a cumplicidade das autoridades governamentais —, que utilizam a violência ilegal e intencionalmente para silenciar os jornalistas, causando danos graves, físicos ou mentais.

## **Impunidade e instrumentalização das instituições públicas**

Em 2023, manteve-se uma tendência regional de manipulação das instituições estatais para dificultar ou calar diretamente o trabalho da imprensa independente. Embora os Estados tenham a obrigação de esclarecer os crimes contra a imprensa,

<sup>1</sup> Crisis Group, 2023. América Latina lucha contra una nueva ola de criminalidad

julgar os perpetradores e buscar reparação para as vítimas, a imensa maioria desses crimes permanece impune. Em apenas 2 dos 17 assassinatos documentados em 2023 foi possível identificar o criminoso. Esses níveis de impunidade geram um clima de permissividade e medo, perpetuando o ciclo de violência e autocensura. Além disso, o Estado — que deveria ser o fiador da liberdade de imprensa — é quem mais a viola. Assim como nos últimos anos, em 2023, os agentes estatais cometeram a grande maioria das agressões contra a imprensa, sendo identificados como os principais responsáveis em 53,2% dos alertas documentados pela Rede VDS. Esses dados refletem um claro padrão de repressão estatal sistemática contra a imprensa independente e crítica na região. Para silenciar a imprensa, os governos latino-americanos recorrem a discursos estigmatizantes, detenções arbitrárias, processos judiciais, restrições ao acesso à informação pública, uso abusivo do poder estatal, restrições à internet, promoção de leis contrárias a padrões internacionais, entre outras formas de violência.

Este ano, foram registrados na região 124 casos de uso abusivo do poder estatal em 12 países, sendo Nicarágua (26), Cuba (25) e Equador (19) os países que registraram o maior número desses alertas. Além disso, os governos da região têm utilizado a asfixia econômica como mecanismo para perseguir os meios de comunicação que não são seus aliados. Nessa prática, foram identificados dois tipos de padrões. Por um lado, os excessivos controles fiscais aplicados pelos sistemas de arrecadação de impostos pelo Estado; e por outro, o bloqueio de anúncios publicitários pelos governos para afetar as receitas dos meios de comunicação independentes. Este ano, o jornal digital El Faro anunciou que transferiria sua redação e pessoa jurídica de El Salvador para a Costa Rica, diante do constante assédio administrativo do Estado salvadorenho. Na Bolívia, o jornal Página Siete encerrou suas atividades após denunciar assédio fiscal e bloqueio de receitas publicitárias.

Além disso, foram registrados 200 processos civis e criminais na região contra a imprensa. A perseguição judicial já é uma prática recorrente utilizada pelos governos e pelas classes políticas dominantes, manipulando as instituições encarregadas de

administrar a justiça de forma discricionária contra seus adversários, neste caso, a imprensa independente. Destaca-se o caso de José Rubén Zamora, diretor do meio de comunicação guatemalteco El Periódico, que foi condenado em junho a 6 anos de prisão por suposta lavagem de dinheiro. Neste caso, o Ministério Público e o Poder Judiciário da Guatemala agiram de forma coordenada para prender Zamora e abrir processos judiciais contra dezenas de colaboradores do El Periódico e os advogados de Zamora. Como resultado, conseguiram o fechamento definitivo do meio e o exílio forçado de grande parte da redação.

## **Discurso estigmatizante para silenciar**

Em 2023, a estigmatização foi a segunda forma mais comum de ataque à imprensa registrada pela Rede VDS na região. Esse tipo de discurso deslegitima o trabalho dos jornalistas e os coloca em risco ao fomentar a percepção de que são inimigos do Estado ou agentes de interesses externos, para assim enfraquecer o apoio público à liberdade de imprensa e justificar medidas repressivas ou restritivas contra os meios de comunicação. 17,8% dos alertas do ano

correspondem a esse tipo de agressão, representando 684 alertas registrados em 15 dos 17 países. Esse tipo de agressão se dá na forma de difamações, campanhas de desprestígio, desqualificações ou disseminação de informações falsas sobre os meios de comunicação e jornalistas. O discurso estigmatizante busca minar a confiança da população nos meios de comunicação e jornalistas para criar um ambiente de impunidade onde haja pouca ou nenhuma prestação de contas para os governantes e a classe política e econômica. Brasil (161), Venezuela (123) e El Salvador (96) foram os países que registraram o maior número de alertas por discurso estigmatizante em 2023. El Salvador foi o país que teve o maior aumento no total de alertas em comparação com 2022 (391,5%), em grande parte impulsionado por um aumento dramático de 700% nos alertas por discurso estigmatizante. O principal promotor desses discursos tem sido o presidente Nayib Bukele. É importante destacar que a estigmatização frequentemente serve como precursora de outras formas de violações, como agressões físicas ou a criminalização de jornalistas. Em 9 dos 17 países analisados neste relatório, observa-se que os discursos estig-

matizantes diminuíram ou aumentaram em proporção aos alertas totais do ano. Esse fenômeno sugere uma correlação direta entre o aumento da estigmatização e um aumento nas agressões contra a imprensa. O uso do discurso estigmatizante por líderes políticos e autoridades estatais cria um ambiente de permissividade ao ser interpretado por funcionários públicos ou por setores da sociedade como instruções, instigações, autorizações ou apoios para a prática de atos que coloquem em risco a vida, a segurança pessoal ou outros direitos das pessoas que exercem funções jornalísticas.

## **Autocensura, prisão ou exílio diante do retrocesso democrático**

A democracia na América Latina enfrenta desafios perigosos. Segundo o relatório *Varieties of Democracy 2023*<sup>2</sup>, da Universidade de Gotemburgo, cerca de um terço dos países da região passa por retrocessos democráticos. Governos com democracias em retrocesso tendem a aumentar os ata-

<sup>2</sup> *Varieties of Democracy, 2024. DEMOCRACY REPORT 2024. Democracy Winning and Losing at the Ballot.*



ques à liberdade de imprensa. Em 2023, os regimes autoritários da Venezuela, Cuba e Nicarágua mantiveram suas políticas de perseguição e criminalização contra jornalistas e meios de comunicação. Embora o número total de alertas registrados nesses países mostre uma diminuição em relação ao ano anterior, essa tendência não significa uma melhoria na situação da liberdade de imprensa, mas sim o efeito intimidador das políticas estatais de repressão. A cada ano, existem menos meios de comunicação e jornalistas para reprimir nesses países, pois eles são forçados à autocensura ou ao exílio, como formas de evitar a prisão e outras formas de violência estatal.

Na Nicarágua, a política estatal de perseguição eliminou completamente a atividade jornalística em 5 dos 17 departamentos do país. Além disso, a FLED aponta que, devido à tomada ilegal de todas as universidades do país pelo governo, nenhuma instituição educacional está formando novas gerações de jornalistas independentes, o que poderia significar o fim do jornalismo profissional independente no país e uma maior consolidação dos meios de comunicação estatais. Além disso, em um ato de repressão

sem precedentes, o governo da Nicarágua retirou arbitrariamente a cidadania de 317 opositores, incluindo 22 jornalistas; 5 deles ficaram mais de 500 dias na prisão antes de serem expulsos do país. Na Venezuela também foram criados “desertos informativos” como consequência da repressão estatal. Segundo o estudo “Atlas do Silêncio”, publicado pelo IPYS, a perseguição estatal eliminou a produção de informações locais de 133 localidades em todo o país, o que significa que mais de 7 milhões de venezuelanos vivem em desertos informativos. Em Cuba, essa política de silenciamento se manifestou por meio de 169 detenções arbitrárias, que foram executadas especialmente em contextos de protestos populares, como ferramenta para evitar a cobertura independente de temas de interesse público. Assim como em 2022, Cuba permaneceu como o país da região com o maior número de alertas sobre restrições na internet, principalmente na forma de cortes seletivos do serviço de internet que deixaram jornalistas, ativistas e familiares de presos políticos incomunicáveis por alguns dias — e, em alguns casos, de forma permanente. O assédio e a repressão estatal ao trabalho jornalístico não apenas ameaçam a integridade física

e profissional dos jornalistas e trabalhadores da mídia, mas também têm consequências para a sociedade como um todo. A censura e a perseguição da imprensa independente minam os próprios fundamentos da democracia ao restringir o acesso à informação verídica e à prestação de contas dos poderes públicos; consolidando o poder dos regimes autoritários.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, a Rede VDS identificou 9 casos de violência sexual e 128 alertas de gênero em 12 países da região. Ao longo do ano, foram registrados ataques a jornalistas por investigarem ou denunciarem casos de violência de gênero ou direitos reprodutivos. Destaca-se o caso da jornalista argentina Luciana Peker, que decidiu continuar sua carreira fora do país devido às ameaças e ao assédio telefônico e virtual que sofreu enquanto cobria uma acusação de estupro. Os ataques contra jornalistas mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIA+ não apenas normalizam a violência contra esses grupos, como também impedem a cobertura de temas que afetam essas comunidades.

Os dados coletados pela Rede VDS evidenciam que jornalistas mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIA+ enfrentam a violência de maneiras diferentes de seus colegas homens. Embora os homens representem uma maior porcentagem das vítimas totais, as agressões contra eles estão principalmente ligadas a ataques diretos à sua pessoa e/ou reputação jornalística. Em contraste, a violência dirigida a jornalistas mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIA+ geralmente envolve ameaças aos seus laços afetivos e familiares e são desproporcionalmente direcionadas à sua aparência física, orientação sexual ou identidade de gênero. Além da violência de gênero, também é importante prestar atenção especial aos ataques com motivações racistas, como o registrado na Guatemala contra a jornalista Maria Guarchaj, que foi alvo de discriminação com comentários racistas e menosprezo ao seu trabalho por ser uma mulher indígena.

Essas descobertas destacam a importância de implementar mecanismos de segurança diferenciados para mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIA+, mas também

prestando atenção a outros fatores como etnia. Além disso, é essencial fortalecer as capacidades institucionais dos meios de comunicação para promover uma participação maior e mais efetiva desses grupos, de membros de povos indígenas e de pessoas negras no jornalismo. Para enfrentar esses desafios, é recomendável implemen-

tar políticas de autocuidado e procedimentos de segurança diferenciados, incluindo espaços seguros de denúncia e programas de formação coletiva em gênero como parte de uma política de gênero nos meios de comunicação. Da mesma forma, é importante promover a diversidade em posições de liderança nos meios de comunicação.



<https://global.unitednations.entermediadb.net/assets/mediadb/services/module/asset/downloads/preset/assets/2014/01/18488/image1170x530cropped.jpg>

# ARGENTINA

154 ALERTAS

3 alertas de gênero



6

detenções  
arbitrárias



82

agressões  
e ataques



24

discursos  
estigmatizantes



16

processos cíveis  
e processos  
criminais



16

restrições ao  
acesso à  
informação



9

usos abusivos  
do poder estatal



1

restrição na  
internet

## VÍTIMAS

86



34



34

?

## AGRESSORES

42,2%  
Estatal

40,2%  
Não estatal

8,4%  
Grupos fora  
da lei

5,8%  
Não  
identificado

3,4%  
Parastatal



## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Na Argentina, o ano foi marcado por uma alta atividade eleitoral com a realização de eleições municipais, provinciais, legislativas e presidenciais. Nesse contexto, a FOPEA registrou um total de 154 alertas, um aumento de 33% em comparação a 2022<sup>3</sup>. No âmbito desses processos eleitorais, a FOPEA documentou um aumento significativo no uso da força policial para reprimir o jornalismo e a cidadania, somado à predominância de uma retórica contrária à imprensa proveniente dos setores políticos em disputa. As agressões e ataques representaram a maior porcentagem de alertas registrados, com 53%, seguidos de discurso estigmatizante, com 15%. O dia da eleição culminou em dezembro de 2023 com a eleição de Javier Milei para a presidência da Argentina. Durante o processo de transição de governo, o novo executivo não permitiu a entrada da imprensa na cerimônia de posse de seus ministros. Além disso, a apenas 10 dias de iniciar seu mandato, propôs um Decreto Nacional de Urgência (DNU) com 366 artigos, vários dos quais contêm restrições à liberdade de expressão. Segundo o registro da FOPEA, desde sua incursão na política em 2021, Milei vem

perpetrando sistematicamente agressões contra a imprensa. Desde que assumiu a presidência, em dezembro de 2023, essas ações aumentaram em quantidade e gravidade, o que sugere uma relação tensa com a imprensa nos próximos anos.

Embora os agentes estatais continuem sendo os principais agressores da imprensa na Argentina (responsáveis por 42,2% dos alertas documentados), pelo terceiro ano consecutivo a FOPEA registrou preocupantes ataques à imprensa provenientes de grupos à margem da lei, um fenômeno que não havia sido documentado em anos anteriores. Em 2023, esses protagonistas foram identificados como infratores em 8,4% do total de agressões registradas. A cidade de Rosario continua sendo o epicentro dos ataques provenientes desses grupos criminosos. Do total de alertas registrados em Rosario e arredores, 37% foram perpetrados por grupos à margem da lei, o que está associado à crescente atividade do crime organizado ligado ao narcotráfico nesta região. Destaca-se especialmente o ataque armado à torre transmissora da LT3 Radio e as ameaças com armas de fogo a jornalistas do Canal Todo Noticias. Segundo a FOPEA, apesar da violência que

<sup>3</sup> No início do ano a FOPEA alterou a metodologia de registro, o que implica em haver discrepâncias entre estas e as cifras contidas em edições anteriores do Informe.

ocorre em Rosario, ainda não houve uma abordagem significativa na esfera nacional em relação à presença do narcotráfico e seu impacto na liberdade de imprensa e em outras dimensões.

## GÊNERO E INCLUSÃO

A FOPEA registrou 3 alertas de gênero em 2023, incluindo o caso da jornalista Luciana Peker, que foi assediada e recebeu ameaças contra sua família devido à sua cobertura do processo por estupro movido pela atriz Thelma Fardin contra o ator Juan Darthes. Segundo a jornalista, ela decidiu continuar sua carreira fora da Argentina. Quando as jornalistas mulheres são atacadas impunemente por relatar crimes que afetam as mulheres, a violência é normalizada em múltiplas dimensões. Por um lado, deixar de cobrir essas agressões nos meios de comunicação limita severamente o conhecimento da sociedade sobre essas realidades. Por outro lado, a impunidade com que esses ataques são realizados, em última instância, leva à autocensura, limitando ainda mais o trabalho de informar sobre os temas que afetam as próprias mulheres. É um ciclo vicioso que, em grande medida, prejudica os direitos das mulheres de informar e serem informadas.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A ascensão de Javier Milei ao poder na Argentina ocorre em meio a um contexto de grave crise econômica e polarização social. A essa situação social complexa soma-se um discurso oficial contrário à imprensa e o aumento da presença de grupos criminosos no país. Essa perigosa combinação sugere um 2024 ainda mais violento para a imprensa e o exercício jornalístico no país. Diante desse cenário, é fundamental a articulação entre a sociedade civil e organizações internacionais para colocar a liberdade de imprensa e a proteção e defesa do jornalismo na agenda nacional. Uma parte importante dessa agenda deve abordar a presença do narcotráfico no país e seu impacto no exercício jornalístico por meio do projeto e implementação de ações concretas para frear a violência, proteger as vítimas e garantir a justiça. Hoje, mais do que nunca, é de vital importância a criação no país de um mecanismo especial de proteção e promoção do jornalismo argentino. Finalmente, a defesa do jornalismo argentino passa também por contrabalançar a desinformação e o discurso estigmatizante provenientes do poder político e, em particular, do executivo.

# BOLÍVIA

119 ALERTAS

0 alertas de gênero



92  
agressões  
e ataques



1  
discurso  
estigmatizante



4  
processos cíveis  
e processos  
criminais



6  
restrições  
ao acesso à  
informação



5  
usos abusivos  
do poder estatal



7  
marcos jurídicos  
contrário aos  
padrões  
internacionais



4  
restrições  
na internet

## VÍTIMAS

56



16



47

?

## AGRESSORES

40,8%  
Estatal

17,1%  
Não estatal

11,8%  
Grupos  
fora da lei

17,1%  
Não identificado

13,2%  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, a imprensa boliviana sofreu os impactos de uma estratégia de perseguição administrativa e financeira por parte do governo que busca obstruir a operação de meios de comunicação críticos à administração atual. Este ano, a ANP registrou 5 alertas por abuso do poder estatal, 4 por processos judiciais e 7 por legislação contrária aos padrões. Por meio dessas medidas, o governo do presidente Luis Arce tentou sistematicamente asfixiar economicamente meios de comunicação considerados “opositores”, principalmente através da atribuição discricionária da publicidade oficial. Na Bolívia, a publicidade oficial representa a principal fonte de receita para muitos meios de comunicação. Estes dependem desses recursos para se sustentarem financeiramente e sua exclusão tem claras motivações políticas. Esse ano, como resultado dessa estratégia, o jornal Página Siete cessou suas atividades após denunciar assédio fiscal e privação dos anúncios publicitários oficiais. O jornal Los Tiempos de Cochabamba — após 80 anos de sua fundação — também foi obrigado a vender suas ações para Eduardo Valdivia, empresário ligado ao governo do presidente Luis Arce.

Além do uso abusivo do poder estatal, a ANP registrou um aumento de 300% nas

restrições à internet e 133% na aprovação de quadros jurídicos contrários aos padrões internacionais. O projeto de lei sobre “Cumprimento de Compromissos Internacionais em Matéria de Direitos Humanos”, impulsionado pelo governo, continha um artigo (281) que propunha aumentar de 5 para 7 anos de prisão para jornalistas por casos de racismo. Embora os esforços para combater o racismo histórico da Bolívia sejam bem-vindos, a ANP considera que essa lei, na prática, seria instrumentalizada pelo governo de Luis Arce para perseguir meios de comunicação e jornalistas críticos à sua gestão. A ANP e outros sindicatos jornalísticos declararam estado de emergência em resposta ao projeto, conseguindo exercer pressão suficiente da sociedade para que o Parlamento suspendesse a iniciativa. Isso constitui um exemplo de que a articulação de protagonistas na sociedade civil pode enfrentar a instrumentalização das leis e das instituições públicas na defesa da liberdade de imprensa.

## GÊNERO E INCLUSÃO

A ANP não registrou nenhum alerta de gênero esse ano. No entanto, a organização apontou que a desigualdade e a violência contra mulheres jornalistas e pessoas da comunidade LGTBQ+ se acentuam de acordo com sua identidade étnica e classe social. A ANP registrou o caso de uma jornalista que

foi agredida e ameaçada de morte na cidade de Sucre. Embora essa agressão não tenha sido catalogada como alerta de gênero, a ANP observou um possível direcionamento intencional contra a vítima por ser mulher.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O uso discricionário da publicidade oficial como mecanismo para sufocar economicamente os meios de comunicação constitui um ato de censura e limita o direito da população à informação plural e de qualidade. Em vez de fomentar um ecossistema midiático variado e diverso, as políticas do governo atual obstaculizam a existência de uma pluralidade de vozes e o direito da cidadania a se informar por meio de diferentes fontes. O governo boliviano deve cessar o uso das instituições públicas para censurar os meios de comunicação, bem como regulamentar e aplicar uma diretriz para a realização de concursos públicos de atribuição de publicidade oficial. Além disso, os meios de comunicação bolivianos — apoiados pela sociedade civil e pela cooperação internacional — devem trabalhar em conjunto pela viabilidade e sustentabilidade financeira do

ecossistema por meio de projetos de planos de negócios que impulsionem a inovação em formatos e canais de distribuição, estratégias de diversificação de receitas e desenvolvimento de audiências, entre outras.





# BRASIL

370 ALERTAS

36 alertas de gênero



1  
assassinato



3  
detenções  
arbitrárias



149  
agressões  
e ataques



161  
discursos  
estigmatizantes



4  
violência sexual



30  
processos cíveis  
e processos  
criminais



10  
restrições  
ao acesso à  
informação



2  
usos abusivos  
do poder estatal



10  
restrições  
na internet

## VÍTIMAS

159



77



133

?

1\*

## AGRESSORES

51,9%  
Estatal

25,2%  
Não estatal

0,5%  
Grupos  
fora da lei

22,4%  
Não identificado

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

No Brasil, o ano de 2023 começou com uma tumultuada transição presidencial. Em 8 de janeiro, milhares de seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram o Congresso Nacional localizado na capital, Brasília (DF). Em poucos dias, a ABRAJI registrou 17% do total das agressões à imprensa documentadas durante o ano, a maioria por ataques físicos, verbais e discurso estigmatizante. Após os distúrbios e em uma mudança significativa em comparação ao seu antecessor, a nova gestão presidencial de Luiz Inácio “Lula” da Silva tem mostrado um compromisso renovado com o fortalecimento das políticas públicas de proteção à imprensa. No início de fevereiro, as autoridades brasileiras inauguraram o Observatório Nacional Contra a Violência à Imprensa, com o objetivo de orientar as políticas públicas para reduzir a violência e os riscos associados à profissão jornalística. Entre as funções do Observatório, destacam-se o acompanhamento dos casos de agressões à imprensa, o monitoramento das investigações e julgamentos dos responsáveis por crimes contra jornalistas e o encaminhamento de casos ao Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Também produzirá

dados destinados a apoiar as políticas públicas de proteção e defesa da imprensa.

Nesse contexto, a ABRAJI observou uma diminuição de 53% nos alertas documentados em comparação com 2022. Houve uma redução de 65% no discurso estigmatizante, 50% em assassinatos e uso abusivo do poder estatal, e 45% em ataques e agressões. Apesar dessas melhorias notáveis, é preocupante que o Estado continue sendo o principal responsável pelas agressões à imprensa, identificado como perpetrador em 51,9% dos alertas registrados. Destaca-se o aumento de 100% nos alertas por processos judiciais, incluindo o caso do meio digital The Intercept, no qual a juíza da 14ª Vara Cível ordenou a retirada de uma reportagem investigativa sobre as vítimas da lei de Alienação Parental. Por fim, preocupa também a continuação da violência letal contra a imprensa no Brasil. Em dezembro, o jornalista Thiago Rodrigues foi assassinado a tiros em Guarujá, São Paulo. Rodrigues havia dedicado sua carreira a investigar casos de corrupção e, no momento de seu assassinato, era pré-candidato a prefeito no litoral de São Paulo. O assassinato de Rodrigues e a continuação do assédio judicial contra a imprensa no Brasil demonstram que as

mudanças estruturais exigem mais do que uma simples mudança de governo. Trata-se, fundamentalmente, de combater padrões de violência e autoritarismo que permeiam estruturas políticas, econômicas e sociais do país em diferentes níveis.

## GÊNERO E INCLUSÃO

A ABRAJI registrou 4 casos de violência sexual e 36 alertas de gênero em 2023, principalmente relacionados a atos e comentários machistas e misóginos em redes sociais. Embora esses 36 alertas de gênero representem uma redução de 33,3% em relação aos 54 registrados em 2022, o Brasil é o segundo país com mais alertas de gênero na região. A ABRAJI aponta que, entre as tendências predominantes no ano, há um aumento nas agressões especificamente contra a comunidade trans.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Houve uma redução significativa nos ataques à imprensa no Brasil em 2023. Isso pode ser atribuído ao fortalecimento das políticas públicas de proteção e à redução do discurso estigmatizante e do uso abusivo do poder estatal. No entanto, persistem

padrões preocupantes de violência, como o aumento nos processos legais contra a imprensa e a continuidade da violência letal. Portanto, recomenda-se ao governo brasileiro, às organizações da sociedade civil e à comunidade internacional que continuem desenvolvendo espaços e mecanismos de articulação para a proteção integral e a defesa do jornalismo no Brasil, inclusive localmente. Além disso, é importante que esses espaços e mecanismos sejam abertos, participativos e inclusivos, incorporando uma abordagem interseccional que garanta que as medidas sejam sensíveis à identidade de gênero e apropriadas à diversidade cultural e racial dos jornalistas brasileiros. Por fim, é necessário enfatizar a importância de combater as narrativas e discursos estigmatizantes em relação às mulheres, minorias étnicas e à comunidade LGBTQIA+, priorizando a proteção da comunidade trans e estabelecendo garantias especiais para seu exercício jornalístico digno e seguro.

# CHILE

112 ALERTAS

1 alerta de gênero



5

detenções  
arbitrárias



64

agressões  
e ataques



17

discursos  
estigmatizantes



1

violência sexual



10

processos cíveis  
e processos  
criminais



11

restrições  
ao acesso à  
informação



4

restrições  
na internet

## VÍTIMAS

69



34



9

?

## AGRESSORES

56,1%  
Estatal

22,8%  
Não estatal

21,1%  
Não identificado

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, o Observatório de Direitos da Comunicação (ODC) se tornou membro da Rede VDS como organização parceira no Chile. Segundo o ODC, neste ano, a situação da liberdade de imprensa no país foi afetada pelo processo constituinte dos últimos anos, que culminou em 2023. No contexto desse processo, foram realizados dois plebiscitos para a aprovação de uma nova Constituição nacional. Ambas as propostas foram rejeitadas pela população, e o país continua regido pela Constituição vigente, que ainda mantém grande parte do texto original de 1980, promulgado durante o regime autoritário de Augusto Pinochet. O ímpeto de mudar a constituição ganhou força no Chile a partir das fortes tensões sociais que levaram ao levante social de outubro de 2019. No entanto, a população chilena rejeitou propostas constitucionais em duas ocasiões desde então, uma em 2022 e outra em 2023. No meio dessa polarização, a imprensa chilena, que tem coberto os eventos, foi seriamente afetada, como evidenciam as mais de 400 agressões documentadas pelo ODC desde 2019, além do aumento do assédio a jornalistas nas redes sociais.

No contexto dessa polarização social, o ODC documentou 112 alertas de violações à liberdade de imprensa no Chile. Assim como na maior parte da região, o Estado é o principal agressor da imprensa, sendo identificado como perpetrador em 56% dos alertas documentados. Entre esses, o ODC registrou casos de violência policial, principalmente contra meios de comunicação e repórteres independentes que cobrem protestos, destacando 5 detenções arbitrárias realizadas pelos Carabineros do Chile. O sistema legal chileno também facilitou — em pelo menos 10 ocasiões — o uso das enunciações de difamação e calúnia para abrir processos judiciais contra jornalistas. Entre estes, destaca-se a condenação a 61 dias de prisão de Felipe Soto, diretor do jornal digital Resumen, acusado de difamação com base em uma publicação que expunha irregularidades da Municipalidade de Quilleco. Além das agressões estatais, também têm proliferado as agressões por parte de grupos não identificados a equipes de canais de televisão. Em 11 de setembro de 2023, durante a comemoração dos 50 anos do golpe de estado contra Salvador Allende, um cinegrafista da emissora Mega foi baleado no rosto por pessoas mascas-



radas. Embora seja o primeiro ano em que o Chile é incluído no Relatório Sombra, os padrões identificados pelo ODC até agora mostram uma deterioração da liberdade de imprensa que, se não for corrigida, poderia resultar em um aumento da violência contra jornalistas nos próximos anos.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, o ODC registrou 1 alerta de gênero relacionado à violência sexual. A editora do El Ciudadano foi ameaçada sexualmente por torcedores de um clube de futebol durante uma investigação jornalística sobre uma suposta violação em grupo envolvendo o clube esportivo. O ODC também identificou uma preocupante proliferação de agressões com caráter de gênero e diversidade sexual nos espaços digitais.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O ano de 2023 foi um período de intensa atividade política no Chile. Nenhum dos projetos de nova Constituição obteve o respaldo da maioria da população, evidenciando a forte polarização que o país enfrenta. Nesse contexto, o Estado chileno

foi o principal agressor da liberdade de imprensa, recorrendo principalmente ao uso da força, restrições ao acesso à informação pública e ações judiciais contra meios de comunicação e jornalistas. O Estado chileno também precisa urgentemente revisar os protocolos de atuação policial e adequar seu arcabouço normativo aos padrões internacionais, evitando que figuras legais como difamação e calúnia sejam instrumentalizadas para censurar a imprensa e obstruir o trabalho jornalístico. Além disso, tramita no Congresso Nacional do Chile um projeto de lei de proteção aos jornalistas, que necessita de propostas aprimoradas provenientes dos meios de comunicação e organizações da sociedade civil, como a integração de uma mesa interinstitucional de segurança da imprensa, para que esses setores possam formular mecanismos institucionais para sua própria proteção.

# COLÔMBIA

484 ALERTAS

14 alertas de gênero



1  
assassinato



1  
sequestro



261  
agressões  
e ataques



66  
discursos  
estigmatizantes



43  
processos cíveis  
e processos  
criminais



71  
restrições  
ao acesso à  
informação



41  
restrições  
na internet

## VÍTIMAS

282



84



118

?

## AGRESSORES

30,2%  
Estatal

21,7%  
Não estatal

20,4%  
Grupos fora  
da lei

22,1%  
Não identificado

5,6%  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

A Colômbia continua sendo um dos países mais perigosos para o exercício do jornalismo na América Latina. Para a FLIP, o período pré-eleitoral de 2023 foi um dos mais violentos para a imprensa colombiana nos últimos anos. Antes das eleições regionais de setembro, a FLIP contabilizou 69 violações à liberdade de imprensa, e 86% dos alertas foram registrados no último trimestre do ano, totalizando 484 alertas ao final de 2023. Apesar de representar uma redução de 26,3% em relação ao total do documentado em 2022, persistem na Colômbia padrões de violência extrema contra a imprensa, especialmente em contextos eleitorais e de mobilização cidadã. Em maio, o jornalista Luis Gabriel Pereira, que investigava a insegurança no município de Ciénaga de Oro, foi assassinado por pistoleiros. Além disso, durante manifestações sociais no contexto eleitoral, cinco jornalistas da Caracol Radio, RCN Radio e Blu Radio foram agredidos, e houve uma ocupação violenta das instalações da revista Semana em Bogotá. A Colômbia é o país da Rede VDS com maior participação de grupos à margem da lei em violações à liberdade de imprensa. A FLIP identificou esses grupos como responsáveis por 20,4% dos alertas documentados no ano. Entre outras ações graves, os grupos

criminosos “Los Cancerberos” e “Oficina de Tuluá” ameaçaram cinco meios de comunicação no município de Tuluá, localizado na região central do departamento de Valle del Cauca. Essas ações representam um perigo iminente para os jornalistas e trabalhadores desses meios de comunicação, e enviam uma clara mensagem intimidadora ao restante da mídia do país.

Por outro lado, o Estado — que deveria proteger e defender o jornalismo colombiano — continua sendo seu maior agressor. Em 2023, a FLIP identificou protagonistas estatais como responsáveis por 30,2% das violações à liberdade de imprensa. Destacam-se 71 casos de restrições ao acesso à informação pública, representando 14,6% do total de alertas registrados no ano. Também houve um aumento de 38,7% nos processos judiciais movidos contra a imprensa. A FLIP alertou ainda sobre pressões políticas exercidas sobre a procuradoria para agir contra a imprensa. A senadora Isabel Zuleta, por meio de um comentário na rede social X (anteriormente Twitter), pediu à Procuradora-Geral que interviesse na revista Semana por supostas calúnias contra a ex-chefe de gabinete de Gustavo Petro.

## GÊNERO E INCLUSÃO

A FLIP registrou 14 alertas de gênero por violações à liberdade de imprensa. A maioria desses casos refere-se a agressões e ataques. Destaca-se o caso da jornalista Valeska Alvarado, vítima de agressões por pessoas mascaradas durante uma manifestação em Bogotá. A jornalista recebeu ameaças, comentários sexistas e foi obrigada a apagar o material jornalístico obtido. Além disso, a FLIP considera alarmante o caso da jornalista Dhynaad Calero, que foi vítima de discurso estigmatizante e ameaças de processos judiciais por suas investigações sobre violência de gênero. Isso evidencia mais uma vez que a violência não apenas visa atacar jornalistas por seu gênero, mas também tenta silenciar os temas sobre os quais reportam.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na Colômbia, coexistem pelo menos duas expressões distintas, mas complementares, de violência contra a imprensa. Por um lado, há formas extremas de violência direta, como assassinatos e sequestros, perpetrados por grupos criminosos com presença no território. Por outro lado, existem formas

de violência estrutural, como processos judiciais e restrições ao acesso à informação, provenientes das próprias instituições públicas. Em 2023, a já complexa e violenta situação do país foi agravada pelo contexto eleitoral, resultando, segundo a FLIP, em um dos períodos mais violentos para a imprensa colombiana em anos recentes. Diante desse cenário, a FLIP exigiu do governo nacional uma mediação com os grupos criminosos para evitar que jornalistas se tornem vítimas de ações violentas que limitem seu trabalho. Além disso, é urgente que o governo colombiano reforce seus protocolos de atuação e prevenção da violência em contextos eleitorais e de mobilização social, esclarecendo que tais medidas e ações não devem resultar na criminalização do protesto pacífico nem em impedimentos à imprensa para realizar seu trabalho. Finalmente, o Estado colombiano deve trabalhar para eliminar a estigmatização que continua sendo exercida contra a imprensa pela função pública e esclarecer e fazer justiça em relação aos crimes contra a imprensa, acabando assim com o ciclo de impunidade que perpetua a violência no país.

# COSTA RICA

38 ALERTAS

0 alertas de gênero



14  
agressões  
e ataques



11  
discursos  
estigmatizantes



5  
processos cíveis  
e processos  
criminais



7  
restrições ao  
acesso à  
informação



1  
marco jurídico  
contrário aos padrões  
internacionais

## VÍTIMAS

9



2



27

?

## AGRESSORES

75%  
Estatal

21,4%  
Não estatal

3,6%  
Não identificado



## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, a Costa Rica registrou um aumento de 245% nos alertas documentados em comparação com o relatório de 2022. A IPLEX compilou um total de 38 alertas: 14 por agressões e ataques, 11 por discurso estigmatizante, 7 por restrições ao acesso à informação pública e 5 por processos judiciais. O presidente Rodrigo Chaves continua com um perigoso discurso estigmatizante que está, cada vez mais, sendo replicado por outros funcionários públicos e por simpatizantes de seu governo. Em uma coletiva de imprensa, o presidente Chaves se referiu a jornalistas do La Nación, CRHoy e Teletica como “sicários políticos”. Enquanto isso, a deputada governista Pilar Cisneros foi acusada de dirigir uma “fazenda de trolls”. Além disso, Cisneros tem sido associada a estratégias de asfixia financeira, excluindo publicidade dos meios La Nación e CRHoy, além de promover processos judiciais contra jornalistas. As ações contrárias à imprensa promovidas pelo poder executivo contribuem para um clima permissivo no qual a violência verbal se materializa em agressões e ataques contra jornalistas. Em alguns casos, a violência é reproduzida em ataques pelas próprias autoridades governamentais, como a agressão física do prefeito de Liberia, Luis Gerardo Castañeda, contra Eduardo Alfaro, jornalista do Canal 5 Gua-

nacaste. O discurso estigmatizante promovido pelas autoridades costarriquenhas, o cerco financeiro imposto aos meios críticos e o aumento de agressões e ataques contra jornalistas evidenciam a rápida deterioração das condições para o exercício do jornalismo em um país que até recentemente era considerado um bastião da democracia e das liberdades fundamentais na região.

## GÊNERO E INCLUSÃO

A IPLEX não registrou alertas de gênero. No entanto, a estigmatização e deslegitimação das mulheres jornalistas estão refletidas principalmente nas redes sociais. Esse ano, destacou-se o caso da jornalista Vilma Ibarra, apresentadora do programa de rádio Hablando Claro, da Radio Columbia. Em junho, o presidente da República a acusou sem provas de ter recebido dinheiro para fazer propaganda sobre a construção de uma estrada. Depois que a jornalista se defendeu dessas acusações, começou a receber ameaças de morte pelas redes sociais, o que foi repudiado por diferentes facções da Assembleia Legislativa. Além de evidenciar o discurso estigmatizante contra o jornalismo por parte do executivo, o caso reflete a violência diferenciada à qual as mulheres jornalistas estão expostas no exercício de seu trabalho.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O discurso estigmatizante e as campanhas de desinformação do presidente Rodrigo Chaves contra os meios de comunicação e jornalistas encontram eco em seu gabinete e entre seus simpatizantes. Além disso, essas ações são acompanhadas por estratégias de desgaste financeiro e desinformação que geram sérias preocupações em organizações da sociedade civil sobre o futuro da liberdade de imprensa na Costa Rica. Esta situação representa um retrocesso importante para um país que tradicionalmente se destacou pela estabilidade de sua democracia, respeito aos direitos humanos e promoção das liberdades fundamentais. No entanto, a legitimidade democrática que o país construiu ao longo de décadas tem contribuído para conter as políticas contra a liberdade de imprensa, gerando contrapesos institucionais e detendo iniciativas que atentam contra a liberdade de imprensa. Em setembro de 2023, a Assembleia Legislativa da Costa Rica formou uma comissão para investigar o uso discricionário e político da publicidade estatal pelo Executivo. Além disso, a sentença da Sala Constitucional (Sala IV) da Corte Suprema de Justiça (CSJ), que no ano anterior havia revertido medi-

das administrativas que afetavam o jornal La Nación por violar a liberdade de imprensa, é evidência clara de que a institucionalidade democrática, a separação de poderes e os pesos e contrapesos desempenham um papel fundamental na proteção e defesa do exercício jornalístico. No entanto, esse é o segundo ano em que a Rede VDS alerta sobre a deterioração da situação da liberdade de imprensa no país. Diante desse cenário, torna-se imperativa a articulação das organizações de defesa dos direitos humanos, imprensa e sociedade civil com a Sala IV da CSJ, Assembleia Legislativa e outras instituições públicas que possam atuar como escudo contra os abusos do Executivo contra as liberdades fundamentais na Costa Rica.

# CUBA

496 ALERTAS

0 alertas de gênero



169  
detenções  
arbitrárias



91  
agressões  
e ataques



25  
usos abusivos  
do poder estatal



211  
restrições  
na internet

## VÍTIMAS

251



216



29

?

## AGRESSORES

97,9%  
Estatal

0,6%  
Não  
estatal

1,5%  
Não identificado

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

O Estado cubano manteve sua política de perseguição e criminalização contra jornalistas, meios de comunicação e qualquer pessoa que discorde do discurso oficial esse ano. A ICLEP documentou 496 alertas por violações à liberdade de imprensa na ilha, 97,8% das quais identificam o Estado como o principal agressor. Esse número evidencia a maior participação na região de responsáveis estatais nas violações cometidas contra a imprensa. Em 2023, essa política de repressão ficou evidente com 169 detenções arbitrárias, especialmente no ambiente de mobilizações populares, como ferramenta para evitar a cobertura jornalística de eventos de interesse público. Além disso, assim como em 2022, Cuba foi o país da região com o maior número de alertas de restrições à internet. Em 2023, foram documentados 211 casos, representando 45% de todos os alertas desse tipo em toda a região. Em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, pelo menos 39 jornalistas de 13 meios de comunicação tiveram seu serviço de internet interrompido por períodos de até duas semanas. A Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A. (ETECSA, monopólio de comunicação do governo) e a Polícia Política aplicaram cortes seletivos que deixaram incomunicáveis jornalistas, ativistas e familiares de presos políticos. Por fim, o Estado cubano continuou a institucionaliza-

ção da repressão contra a imprensa através da aprovação de marcos jurídicos contrários a padrões internacionais de liberdade de imprensa. A nova “Lei de Comunicação Social”, aprovada pelo congresso em maio de 2023, indica que os únicos meios permitidos na ilha são os afiliados ao Estado, o que efetivamente materializa a proibição absoluta de meios independentes na ilha.

## GÊNERO E INCLUSÃO

O Estado cubano tornou completamente ilegal o exercício jornalístico independente na ilha. Essa política de repressão e criminalização é exercida de forma generalizada contra a imprensa cubana, independentemente de fatores de gênero, etnia ou identidade. No entanto, durante o ano foram relatadas situações alarmantes de violência contra mulheres jornalistas e comunicadoras no país. Em janeiro, a jovem influenciadora Sulmira Martínez Pérez foi interrogada por 67 dias na sede da polícia política e depois transferida para a prisão de Mulheres do Ocidente. Ela foi acusada de instigar a delinquir por expressar no Facebook sua intenção de organizar uma manifestação. Além disso, as jornalistas Camila Acosta e Yunia Figueredo foram mantidas em prisão domiciliar para evitar que participassem da comemoração dos protestos sociais de 11 de julho.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em seu relatório anual de 2023, a ICLEP aponta que “Cuba continua sendo um sombrio exemplo da repressão estatal contra a liberdade de imprensa”. Ao longo do ano, jornalistas foram submetidos a prisões domiciliares arbitrárias, cortes seletivos de internet, ameaças, intimações judiciais, destruição de meios de trabalho e encarceramento. O regime cubano precisa cessar sua política de perseguição à liberdade de im-

prensa, começando pela libertação das mais de 24 pessoas detidas por exercerem seu direito de se expressar livremente. A ICLEP recomenda à comunidade internacional tomar medidas urgentes que favoreçam a defesa dos princípios democráticos e dos direitos humanos em Cuba e exijam o fim da política estatal de proibição e perseguição ao exercício do jornalismo independente e à livre expressão.





# EQUADOR

292 ALERTAS

10 alertas de gênero



3

assassinatos



157

agressões e ataques



40

discursos estigmatizantes



16

processos cíveis e processos criminais



33

restrições ao acesso à informação



19

usos abusivos do poder estatal



2

marcos jurídicos contrário aos padrões internacionais



22

restrições na internet

## VÍTIMAS

113



52



127

?

## AGRESSORES

27,4%  
Estatal

37,3%  
Não estatal

35,3%  
Não identificado

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

O ano de 2023 foi funesto para a liberdade de imprensa no Equador. O grave problema do narcotráfico e do crime organizado no país teve um impacto nefasto na liberdade de imprensa. Em 9 de agosto, o candidato presidencial e jornalista Fernando Villavicencio foi assassinado ao sair de um evento de campanha. Villavicencio construiu sua carreira investigando casos de corrupção ligados ao ex-presidente equatoriano, Rafael Correa, e era reconhecido por seu jornalismo crítico. Seu assassinato ocorreu dias após ele denunciar ter recebido ameaças de morte do grupo de tráfico internacional de drogas Cartel de Sinaloa.

Além de Villavicencio, a FUNDAMEDIOS registrou o assassinato de outras 2 pessoas comunicadoras e pelo menos 10 outros casos de sérias ameaças de morte, todas provenientes de grupos à margem da lei. O Equador é o único país da América Latina onde o Estado não é o principal responsável por violações à liberdade de imprensa. Em vez disso, de forma alarmante, 35% das agressões registradas são cometidas por protagonistas não identificados, mas com claros vínculos com o crime organizado. No meio dessa onda de violência, em grande parte impulsionada pela ação de grupos

criminosos, a FUNDAMEDIOS documentou — pela primeira vez em seus 15 anos de trabalho no país — o exílio forçado de 9 jornalistas equatorianos. A organização alertou para o surgimento de “zonas de medo”, áreas do país silenciadas pela (auto)censura imposta pelo medo de exercer o jornalismo em áreas controladas por estruturas do crime organizado. Diante da crescente ameaça do narcotráfico, é preciso mais do que nunca, no Equador, a articulação de esforços entre o Estado, a sociedade civil e a comunidade internacional para salvaguardar a liberdade de imprensa no país.

## GÊNERO E INCLUSÃO

A FUNDAMEDIOS registrou 10 alertas de gênero por agressões e ataques baseados em violência de gênero em 2023. No Equador, os discursos misóginos se tornaram uma prática recorrente nas redes sociais. A maioria dos ataques diferenciados contra as mulheres ocorreu no contexto eleitoral e incluiu ameaças de natureza sexual e comentários sobre seus corpos. Destaca-se o caso da jornalista Alexandra Mera, que foi vítima de comentários machistas e ameaças pelo candidato à Prefeitura de Mora, Santiago Vallejo, durante uma entrevista no encerramento da campanha.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Equador é o único país da América Latina onde o Estado não é o principal perpetrador de violações à liberdade de imprensa. Isso representa uma oportunidade rara para o Estado e a sociedade civil trabalharem juntos para enfrentar ao intenso aumento da violência do crime organizado. No final de 2023, foi criado no país o Mecanismo Estatal de Proteção a Jornalistas. A criação desse mecanismo é um passo na direção certa. No entanto, o mecanismo carece de financiamento adequado para funcionar efetivamente. É necessário que o novo presidente, Daniel Noboa, dote o Mecanismo de maior orçamento e capacidade de ação. A FUNDAMEDIOS destacou a importância de os mecanismos de proteção e defesa do jornalismo manterem sua independência e autonomia em relação aos governos no poder.



# EL SALVADOR

290 ALERTAS

12 alertas de gênero



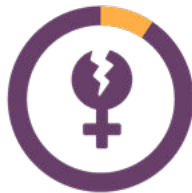
14  
detenções  
arbitrárias



91  
agressões  
e ataques



96  
discursos  
estigmatizantes



3  
violência sexual



6  
processos cíveis  
e processos  
criminais



29  
restrições  
ao acesso à  
informação



1  
uso abusivo do  
poder estatal



50  
restrições  
na internet

## VÍTIMAS

101



84



102

?

3 \*

## AGRESSORES

55,2%  
Estatal

37,6%  
Não estatal

7,2%  
Não identificado

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

De acordo com a APES, 2023 foi o pior ano para a liberdade de imprensa em El Salvador desde que Nayib Bukele assumiu a presidência do país em junho de 2019. Neste ano, a APES registrou 290 alertas, um aumento alarmante de 391,5% em comparação com 2022. Esse acréscimo vertiginoso deve-se principalmente a um aumento de 700% nos discursos estigmatizantes, 658% nas agressões e ataques, e 383,3% nas restrições ao

acesso à informação pública. A degradação da situação da liberdade de imprensa em El Salvador aprofundou-se devido a um “regime de exceção” que se tornou permanente, sendo estendido mês a mês desde seu decreto em março de 2022 e sem fim à vista. O regime de exceção é implementado por meio de uma política estatal de combate às gangues e ao crime organizado. Através desse regime, o Estado restringe — geralmente de forma temporária — as garantias constitucionais dos cidadãos e concede po-





deres excepcionais ao Estado, justificados por uma situação de emergência nacional.

Nesse contexto, jornalistas e meios de comunicação em El Salvador correm o risco de serem criminalizados devido a vagas leis contra o cibercrime que penalizam a disseminação de mensagens relacionadas a grupos criminosos que possam “causar pânico”. Além disso, há preocupações sobre reformas no Código Penal que poderiam resultar em até 15 anos de prisão por transmitir tais mensagens. As ações do governo, incluindo vigilância e ataques à mídia independente, contribuem para um clima de medo e risco de repercussões legais para o exercício do jornalismo no país.

Em 2023, como no ano anterior, o Estado salvadorenho foi o principal agressor da imprensa, sendo identificado como o principal responsável em 55,2% dos alertas documentados pela APES. Uma das principais estratégias do governo de Bukele tem sido a imposição de um discurso desmoralizante proveniente do próprio presidente e de seus ministros. Esse discurso é posteriormente reproduzido nas redes sociais por seguidores do presidente e por trolls digitais que au-

mentaram o medo e a autocensura na mídia local. Além de buscar o silêncio das vozes críticas, o descrédito do jornalismo também visa legitimar e pavimentar o caminho para outras ações de violência institucional, como a judicialização e o estrangulamento financeiro. Entre essas ações, destaca-se a detenção arbitrária do jornalista comunitário Víctor Barahona, que ficou preso por quase um ano por realizar coberturas críticas ao governo. Barahona tornou-se o primeiro jornalista salvadorenho a ser privado de liberdade no contexto do estado de exceção. Por fim, a asfixia econômica também se manifesta pela impossibilidade de acesso à publicidade oficial e pela perseguição administrativa com controles fiscais excessivos, espionagem financeira e auditorias permanentes nos meios de comunicação. Foi o caso do jornal digital El Faro, que teve que transferir sua administração para a Costa Rica após 25 anos de funcionamento devido à extensa perseguição governamental.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, a APES registrou 12 alertas de gênero, incluindo 3 casos de violência se-

xual em ambientes de trabalho que, até o fechamento deste relatório, ainda estão sob investigação. Dois terços dos alertas de gênero documentados pela APES estão relacionados a agressões e ataques, a maioria dos quais ocorreu durante ondas de assédio digital por trolls afiliados ao governo. Além disso, esse ano foi registrado o exílio forçado de três jornalistas mulheres. Elas foram obrigadas a deixar o país devido à perseguição estatal e ao assédio digital, situação gravemente acentuada por serem mulheres. Da mesma forma, a APES identifica uma menor presença de mulheres no jornalismo e nos meios de comunicação salvadorenhos. Em El Salvador, as mulheres jornalistas tendem a ser atacadas por sua aparência física e orientação sexual, o que representa uma barreira para seu desenvolvimento profissional e para seu bem-estar pessoal.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A desarticulação das gangues que dominavam o país gerou uma percepção de segurança que o país não tinha há mais de 3 décadas, catapultando os níveis de popularidade do presidente Bukele. No entanto, o presidente utilizou sua vantagem política para dismantlar as instituições da demo-

cracia e impor um estado de sítio no país. Diante do rápido declínio democrático em El Salvador e da pulverização dos contrapesos institucionais, os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil devem trabalhar em conjunto com a comunidade internacional em diretrizes, programas e mecanismos específicos para a proteção das pessoas que exercem o jornalismo. Nesse sentido, é urgente que a Assembleia Legislativa retome a discussão com todos os protagonistas envolvidos — pausada desde 2018 — para uma rápida aprovação de uma lei específica para a proteção de jornalistas e o exercício do jornalismo, bem como o fortalecimento de mecanismos e programas de acompanhamento emocional, legal e de emergência humanitária para jornalistas, comunicadores e trabalhadores da mídia. Por fim, recomenda-se garantir a autonomia e independência da Procuradoria de Direitos Humanos e seu papel de intermediação com a imprensa.

# GUATEMALA

46 ALERTAS

4 alertas de gênero



3

assassinatos



25

agressões e ataques



11

processos cíveis e processos criminais



6

restrições ao acesso à informação



1

uso abusivo do poder estatal

## VÍTIMAS

18



8



20

?

## AGRESSORES

60,87%  
Estatal

4,35%  
Não estatal

30,43%  
Não identificado

4,35%  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, a DEMOS relatou um total de 46 alertas, representando um aumento de 36% em relação ao ano anterior. O ano foi marcado pelas eleições gerais e legislativas de 2023, que dominaram a atenção midiática e tiveram um alto impacto na vida cívica e no exercício das liberdades fundamentais no país. Setores políticos adversários, que buscavam perpetuar-se no poder, tentaram deslegitimar e até anular a surpreendente vitória de Bernardo Arévalo e Karin Herrera nas eleições presidenciais e do partido político Movimento Semente nas legislativas. No entanto, um movimento de resistência liderado por povos indígenas, sociedade civil e imprensa independente conseguiu que Arévalo, Herrera e o grupo parlamentar do Movimento Semente assumissem seus cargos. Um dos mecanismos utilizados pelo governo anterior para tentar impedir a posse de Arévalo foi o uso do Ministério Público para perseguir civil e criminalmente opositores, sociedade civil e jornalistas. O encarceramento do jornalista José Rubén Zamora, fundador do El Periódico — um dos meios de comunicação mais importantes do país — marcou um ponto de virada na história

da liberdade de imprensa na Guatemala. Zamora foi condenado a 6 anos de prisão por suposta lavagem de dinheiro. A perseguição contra Zamora também se estendeu aos trabalhadores do El Periódico, que foram ameaçados com processos judiciais, tiveram suas contas bancárias bloqueadas e a diretora e o editor-chefe foram forçados ao exílio. Devido ao cerco do governo de Alejandro Giammatei e da procuradora-geral Consuelo Porras contra o meio, o El Periódico finalmente foi obrigado a encerrar suas operações esse ano, após mais de 2 décadas de trabalho. Além dos ataques contra Zamora e o El Periódico, destaca-se a detenção arbitrária e judicialização da jornalista indígena Anastasia Mejía e a perseguição contínua e assédio judicial aos jornalistas comunitários Carlos Choc e Robinson Ortega. Finalmente, em meio ao declínio da liberdade de imprensa e à convulsão política e social que o país enfrenta, a Guatemala também experimentou um aumento na violência letal contra a imprensa. Esse ano, a DEMOS documentou o assassinato de 3 jornalistas, o maior número registrado em um único ano desde que a organização se juntou à Rede VDS em 2020.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, a DEMOS registrou 4 alertas de gênero, todos relacionados a agressões e ataques. Entre eles, destaca-se a agressão de gênero e racial recebida pela jornalista indígena da Rádio K'iche', Maria Guarchaj, e o constante ataque nas redes sociais com mensagens discriminatórias, misóginas e ameaças de violência sexual à jornalista Michelle Mendoza, que também sofreu criminalização por parte do Ministério Público.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A posse do presidente, da vice-presidente e do bloco legislativo do Movimento Semente foi alcançada graças à resistência popular. No entanto, o novo governo enfrenta grandes desafios para alcançar uma normalização democrática na Guatemala. Enquanto instituições como a Procuradoria-Geral do Ministério Público permanecerem cooptadas por protagonistas antidemocráticos, não haverá perspectivas para a libertação de José Rubén Zamora, garantias de re-

torno para jornalistas exilados nem justiça para jornalistas assassinados. O novo governo do Movimento Semente conta com uma importante solidariedade internacional, mas principalmente com apoio popular. Esses fatores devem se materializar em mecanismos e garantias institucionais que protejam e promovam os direitos humanos e a liberdade de imprensa. O novo governo guatemalteco deve começar estabelecendo espaços de diálogo aberto e transparente com a imprensa e promovendo o desenvolvimento de políticas de proteção a jornalistas que sirvam como contrapeso aos ataques da Procuradoria-Geral, do Ministério Público e de outras instâncias cooptadas por protagonistas antidemocráticos. Por fim, o Ministério do Interior, a imprensa independente e as organizações da sociedade civil, com o apoio da comunidade internacional, devem tomar medidas urgentes para enfrentar o aumento da violência letal contra a imprensa no país, incluindo o fortalecimento de planos e protocolos de segurança e a construção de redes internacionais de apoio.



# HONDURAS

137 ALERTAS

2 alertas de gênero



3

assassinato



5

detenções  
arbitrárias



77

agressões  
e ataques



30

discursos  
estigmatizantes



5

processos cíveis  
e processos  
criminais



11

restrições  
ao acesso à  
informação



6

restrições  
na internet

## VÍTIMAS

63



36



36

?

2\*

## AGRESSORES

35,0%  
Estatal

4,4%  
Não estatal

54%  
Não identificado

6,6%  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, Honduras foi um dos países mais letais para o exercício jornalístico na região.

O ano começou e terminou com o assassinato de profissionais da comunicação. Ao longo do ano, o C-Libre registrou o assassinato de 3 jornalistas e trabalhadores de mídia. Essa tendência de violência letal, somada à aplicação de políticas de censura e perseguição à imprensa implementadas pelo Estado, fez com que as esperanças criadas pela mudança de governo que colocou Xiomara Castro na presidência em janeiro de 2022 desaparecessem. Sob a administração de Castro, o governo hondurenho continuou com as práticas dos governos anteriores através da judicialização e detenção arbitrária de jornalistas. Houve 5 processos judiciais e 5 detenções arbitrárias relatadas pelo C-Libre durante o ano. Esse cenário é indicativo de um ataque estatal contínuo e sistemático ao exercício jornalístico no país. Embora mais de um terço das agressões registradas identifiquem o Estado — e especificamente funcionários públicos — como agressor, a maioria das violações à liberdade de imprensa em Honduras, 54%, vem de

fato de protagonistas não identificados. No entanto, muitas das agressões registradas contra a liberdade de imprensa nessa nação centro-americana são cometidas por funcionários públicos. O C-Libre apontou que muitas dessas agressões podem estar ligadas a grupos à margem da lei, uma vez que jornalistas e meios de comunicação que cobrem temas de crime organizado e corrupção estatal foram os mais suscetíveis a sofrer represálias. O fato de as autoridades nacionais nem sequer terem conseguido identificar os perpetradores da maioria dos crimes contra a imprensa demonstra os altos níveis de impunidade nos crimes contra jornalistas em Honduras.

## GÊNERO E INCLUSÃO

O C-Libre registrou 2 alertas de gênero em 2023. Ambos estão relacionados a discursos estigmatizantes sobre diversidade sexual. É preocupante que, em ambos os casos, os ataques tenham vindo de autoridades do Estado. Destaca-se o caso do prefeito de San Pedro Sula, Roberto Contreras, que utilizou a tribuna para desmoralizar e proferir discurso de ódio e desprezo contra a população da comunidade LGBTQIA+.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A continuação da violência letal contra jornalistas e a falta de resposta eficaz por parte do Estado representam uma séria ameaça à liberdade de imprensa e ao exercício do jornalismo independente em Honduras. Os assassinatos de jornalistas e trabalhadores da mídia, juntamente com a perseguição judicial e detenções arbitrárias, refletem uma clara tentativa de silenciar vozes críticas e restringir a liberdade de imprensa. A impunidade que cerca a maioria dos crimes contra jornalistas e o fato de 54% dos agressores não serem identificados revelam uma falta de interesse em investigar e punir os responsáveis, perpetuando um clima de

medo e autocensura na profissão jornalística. Diante desse cenário, é fundamental que as autoridades hondurenhas tomem medidas urgentes para proteger os jornalistas, começando pelo fortalecimento da Mesa de Proteção — o mecanismo de proteção para defensores dos direitos humanos e jornalistas em Honduras — com os recursos financeiros e políticos necessários para sua operação eficiente. Combater a impunidade nos crimes contra jornalistas em Honduras requer uma abordagem integral que fortaleça o arcabouço legal, agilize as investigações policiais, promova a proteção aos jornalistas e a educação cívica, tudo isso no âmbito do combate à corrupção e do fortalecimento das instituições democráticas.



<https://hondudiario.com/nacionales/honduras-reporta-67-periodistas-en-riesgo-o-victimas-de-desplazamiento-forzado/>

# MÉXICO

561 ALERTAS

38 alertas de gênero



5

assassinatos



12

sequestros



1

desaparecimento forçado



11

detenções arbitrárias



4

torturas



293

agressões e ataques



73

discursos estigmatizantes



22

processos cíveis e processos criminais



53

restrições ao acesso à informação



11

usos abusivos do poder estatal



76

restrições na internet

## VÍTIMAS

303



167



91



## AGRESSORES

51,1%  
Estatal

21,4%  
Não estatal

10,2%  
Grupos fora da lei

17,3%  
Não identificado

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

O ano de 2023 foi mais um ano mortal para a imprensa mexicana. Ao longo do ano, 5 jornalistas foram assassinados: Marco Aurelio Ramírez Hernández no estado de Puebla, Luis Martín Sánchez em Nayarit, Nelson Matus Peña em Guerrero, Jesús Gutiérrez Vergara em Sonora e Ismael Villagómez Tapia em Chihuahua. Desde o ano 2000 até hoje, a ARTÍCULO 19 documentou o assassinato de 163 jornalistas no México. Destes, 43 foram registados durante o atual governo de Andrés Manuel López Obrador, o que indica que as ameaças contra os jornalistas não diminuíram durante a atual administração. Além da violência letal, esse ano a ARTÍCULO 19 relatou o sequestro de 12 jornalistas e o desaparecimento do jornalista Juan Carlos Hinojosa. A ARTÍCULO 19 também documentou 293 alertas de agressões e ataques à imprensa, incluindo atentados, ameaças de morte e outras formas de intimidação e assédio. 76% das agressões e ataques documentados foram direcionados a profissionais da imprensa que cobrem temas relacionados à corrupção, política, segurança e justiça, evidenciando uma clara intenção de silenciá-los. Grande parte dessa violência vem de grupos do crime organiza-

do e de protagonistas não identificados, mas com ligações a grupos à margem da lei. No México, a disputa territorial entre grupos do crime organizado se manifesta em formas de violência extrema contra a população em geral, mas especialmente contra jornalistas, comunicadores e defensores dos direitos humanos, numa clara tentativa de silenciá-los. No entanto, a maior parte das violações à liberdade de imprensa, 51,1%, é praticada por agentes estatais. O próprio governo de López Obrador mantém uma campanha de estigmatização permanente contra a imprensa. Através de seu habitual discurso matinal, conhecido como “as manhãs”, o presidente mexicano difunde narrativas que desmoralizam o trabalho dos meios de comunicação e jornalistas, contribuindo para um clima de permissividade à violência e aumentando do já imenso risco de exercer a profissão no país. No México, como também está sendo observado em outros países da região, esses dois fatores se combinam para exacerbar a violência a esses níveis dramáticos. Por um lado, há uma forte presença no território de grupos do crime organizado e, por outro lado, a prevalência entre as autoridades públicas e nas instituições do Estado de discursos e políticas contrários à imprensa.



## GÊNERO E INCLUSÃO

Foram registrados 38 alertas por violações à liberdade de imprensa com agravante de gênero no México, dos quais 20 identificaram agentes estatais como perpetradores. A ARTÍCULO 19 aponta com preocupação a persistência da violência de gênero nas redes sociais contra mulheres jornalistas e jornalistas pertencentes à comunidade LGBTQIA+. Este ano, foram relatados casos de jornalistas trans cujas contas em redes sociais foram censuradas após serem atacadas por trolls.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Seis anos após a posse de López Obrador, não houve avanços significativos na proteção de jornalistas no México. Além das chocantes estatísticas de jornalistas assassinados, durante o último mandato não houve nenhuma reforma nos sistemas de proteção existentes, nem avanços na luta contra a impunidade nos crimes contra a imprensa. Em junho de 2024, serão realizadas eleições no país para selecionar mais de 20 mil cargos, incluindo a presidência da República. A história de violência letal

contra a imprensa mexicana e a tendência regional de aumento das agressões durante os processos eleitorais tornam o ano de 2024 especialmente arriscado para o jornalismo mexicano. Diante desse contexto perigoso, é imperativo que as autoridades atuais e futuras se comprometam a tomar medidas concretas para proteger jornalistas e defender a liberdade de imprensa, começando pelo fim do discurso estigmatizante contra meios de comunicação e jornalistas. As autoridades públicas devem promover discussões plurais, diversas, o encontro de opiniões e destacar o papel do jornalismo em uma sociedade democrática. Por outro lado, as autoridades do poder judiciário, especialmente os juízes, devem abster-se de iniciar processos judiciais civis, penais ou eleitorais contra jornalistas críticos, ou meios de comunicação. A justiça, por sua vez, deve concentrar-se em conduzir investigações diligentes e ágeis nos casos de crimes contra jornalistas e estabelecer planos para combater a impunidade. Por fim, diante da violência letal do crime organizado, é fundamental fortalecer os mecanismos nacionais de proteção a jornalistas, incluindo a ampliação das medidas de proteção integral disponíveis e a adaptação de planos de proteção e análises de risco.

# NICARÁGUA

86 ALERTAS

0 alertas de gênero



3 detenções arbitrárias



33 agressões e ataques



22 discursos estigmatizantes



1 processo civil e processo criminal



1 restrição ao acesso à informação



26 usos abusivos do poder estatal

## VÍTIMAS

42



22



22

?

## AGRESSORES

60,60%  
Estatal

4,60%  
Não estatal

4,60%  
Não identificado

30,20%  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

A Nicarágua está mergulhada em uma crise social e política que persiste desde o início dos protestos populares em abril de 2018, quando centenas de milhares de nicaraguenses saíram às ruas para protestar, em sua maioria de forma pacífica, contra o governo de Daniel Ortega. O Estado respondeu com uma repressão brutal, resultando em mais de 300 mortes. Desde então, o governo de Ortega implementou uma política de criminalização sistemática contra os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos e meios de comunicação que denunciaram a repressão. Centenas de organizações da sociedade civil e dezenas de meios de comunicação foram fechados, tiveram sua pessoa jurídica revogada, seus bens confiscados e suas lideranças forçadas ao exílio ou encarceradas. Desde 2018, pelo menos 242 jornalistas foram forçados ao exílio.

Embora os dados deste ano evidenciem uma redução na quantidade de agressões em relação a 2022, essa redução está relacionada ao declínio do exercício independente de forma geral e não a uma melhoria na situação da liberdade de imprensa. Após o fechamento e confisco do La Prensa, o mais antigo e importante meio de comunicação do país, a Nicarágua atualmente não tem

nenhum jornal impresso em circulação. Não há também no país canais de televisão ou estações de rádio que transmitam conteúdo jornalístico crítico ao sistema político e econômico vigentes. Os meios de comunicação independentes que ainda subsistem têm conseguido contornar a censura reportando on-line, principalmente por meio de redes sociais como Facebook e Youtube. Ainda assim, a FLED relatou desconhecer a presença de jornalistas independentes de qualquer tipo em 5 dos 17 departamentos da Nicarágua, tornando essas áreas desertos midiáticos. O exílio forçado de jornalistas devido à repressão estatal e à mudança na linha editorial dos meios de comunicação por intimidação e ameaça do governo fizeram com que nenhum meio independente operasse com plena liberdade dentro do país. Além disso, o regime nicaraguense também tem atacado o sistema educacional nacional, fechando dezenas de universidades, incluindo a Universidade Centro-Americana (UCA) em 2023, que abrigava a mais importante e histórica escola de jornalismo do país. O fechamento da UCA e de outras universidades que ofereciam o curso de jornalismo significa que não estão mais sendo formadas no país novas gerações de jornalistas e que, num futuro não muito distante, a Nicarágua poderia ficar sem jornalismo livre e independente.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, não foi registrado nenhum alerta de gênero na Nicarágua. No entanto, a FLED identificou que as agressões contra mulheres jornalistas na Nicarágua tendem a ser realizadas com particular crueldade, especialmente porque são feitas com carga misógina e discriminatória, fazendo referência à sua vida privada ou aparência física.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Embora reflita um contexto de autoritarismo no território nacional, o exílio em massa de jornalistas nicaraguenses teve um impacto positivo na inovação, colaboração e coesão do grupo jornalístico nacional. Os jornalistas no exílio formaram dezenas de novos meios de comunicação e plataformas que — em parte, graças ao financiamento e cooperação internacional — continuam a produzir um jornalismo comprometido que resiste e se reinventa diante da censura e repressão. É crucial que a comunidade internacional continue apoiando e financiando o jornalismo independente nicaraguense no exílio

e encontre oportunidades para fortalecer o jornalismo dentro da Nicarágua. Também é fundamental continuar destacando a gravidade da situação da liberdade de imprensa no país para que permaneça na agenda pública internacional e para que o mundo entenda que a redução das violações não significa uma melhoria na situação, mas sim reflete sua gravidade. Finalmente, atualmente existem pelo menos 22 jornalistas em condição de apátridas após terem sido despojados, de maneira inconstitucional, de sua nacionalidade nicaraguense. Por esse motivo, a FLED sugere que os países que acolhem esses jornalistas criem mecanismos para garantir o direito à identidade e facilitem o exercício da profissão, flexibilizando os requisitos legais para jornalistas refugiados.

# PARAGUAI

50 ALERTAS

2 alertas de gênero 



1 assassinato



1 detenção arbitrária



30 agressões e ataques



4 discursos estigmatizantes



1 violência sexual



6 processos cíveis e processos criminais



1 restrição ao acesso à informação



6 marcos jurídicos contrário aos padrões internacionais

## VÍTIMAS

24



14



12

?

## AGRESSORES

42% Estatal

18% Não estatal

4% Grupos fora da lei

32% Não identificado

4% Paraestatal



## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, a imprensa paraguaia continuou enfrentando grandes desafios, principalmente no período eleitoral, que resultaram em alertas de agressões e ataques, além da continuação da violência letal na zona fronteira com o Brasil. Neste ano, o IDEA documentou 50 alertas, representando um aumento preocupante de 92% em comparação ao ano anterior. A organização registrou a maioria deles no período entre janeiro e abril, durante as eleições gerais. Nesse contexto, foram relatados 30 alertas de agressões e ataques, triplicando em relação ao ano anterior, e 1 detenção arbitrária. A jornalista Judith María Vera foi detida durante uma manifestação, semanas antes das eleições. Além disso, o IDEA relatou que o governo do Paraguai restringiu o acesso à informação de interesse público durante o período eleitoral. A organização documentou que vários meios de comunicação independentes denunciaram obstáculos para publicar os resultados de pesquisas de opinião pública por meio de decisões judiciais seletivas e discricionárias. Além disso, os dados coletados pelo IDEA nos últimos 2 anos parecem sugerir o surgimento de um padrão de instrumentalização da justiça para silenciar a imprensa. Entre 2022 e 2023, a organização documentou 12 alertas

de processos judiciais, 6 por ano. Finalmente, pelo segundo ano consecutivo, o IDEA registrou o assassinato de um jornalista na cidade de Pedro Juan Caballero, na fronteira com o Brasil. Neste caso, a vítima foi Alexander Álvarez, que era apresentador de um noticiário matinal na Rádio Undure. O jornalista havia denunciado ameaças de morte por parte do crime organizado e contava com medidas de proteção fornecidas pelo Estado. Segundo o IDEA, Álvarez é o nono jornalista assassinado nessa zona fronteira com o Brasil desde 1991. Esses dados evidenciam uma forte presença do crime organizado na região e o perigo iminente que isso representa para a vida e integridade dos jornalistas e para a liberdade de imprensa no Paraguai.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, o IDEA registrou um caso de violência sexual e 2 alertas com agravante de gênero. Destaca-se o caso da jornalista Mercedes Barriocanal, que sofreu ataques e discriminações por suas opiniões em prol da igualdade de gênero e dos direitos reprodutivos das mulheres. Essas agressões ocorrem durante uma onda de ataques à jornalista por sua posição em defesa do direito à educação sexual. O ataque evidencia mais uma vez que a violência contra as

jornalistas tenta não só desacreditar e humilhar a pessoa e sua família, mas também tem a clara intenção de evitar a discussão pública sobre questões de gênero e desigualdade. Por outro lado, o IDEA também denunciou, pelo segundo ano consecutivo, a instrumentalização da lei 5777, “Lei de proteção à mulher contra toda forma de violência”, para censurar a imprensa. As autoridades abusam da norma ao proibir a publicação de investigações jornalísticas de interesse público quando as investigações envolvem mulheres em cargos públicos.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O aumento de mais de 90% na violência contra a imprensa no Paraguai precisa fazer soar os alarmes. Em especial, preocupam os 2 assassinatos registrados nos últimos dois anos na cidade de Pedro Juan Caballero e, principalmente, a incapacidade dos mecanismos estatais em garantir a proteção e segurança dos jornalistas paraguaios. Em ambos os casos, os jornalistas denunciaram graves ameaças contra si e solicitaram a proteção do Estado. Contudo, a resposta estatal foi insuficiente. No Paraguai, existe

uma “Mesa de Proteção”, estabelecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso histórico do jornalista assassinado Santiago Leguizamón. No entanto, essa Mesa precisa ser fortalecida. Para isso, é essencial que o governo paraguaio promova espaços de diálogo com a sociedade civil e a imprensa para elaborar uma estratégia conjunta para seu fortalecimento, fornecendo os recursos financeiros necessários e estabelecendo, a partir desse espaço, protocolos de proteção. Da mesma forma, recomenda-se ao governo analisar a situação da cidade fronteiriça de Pedro Juan Caballero, considerada uma “zona silenciada” pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH. As autoridades têm que criar um plano de ação binacional que neutralize a atividade do narcotráfico e proteja a imprensa independente e a população em geral. Por último, no âmbito judicial, o IDEA sugeriu a adequação da legislação paraguaia aos padrões internacionais de liberdade de imprensa. Especificamente, em relação à tipificação do assassinato de jornalistas como crime específico e à revisão da lei 5777, “de proteção à mulher contra qualquer forma de violência”, para evitar seu uso para censurar a imprensa.

# PERU

119 ALERTAS

0 alertas de gênero



3

detenções  
arbitrárias



99

agressões  
e ataques



1

discurso  
estigmatizante



7

processos cíveis  
e processos  
criminais



1

restrição ao  
acesso à  
informação



6

usos abusivos  
do poder estatal



2

marcos jurídicos contrário  
aos padrões internacionais

## VÍTIMAS

59



32



28

?

## AGRESSORES

61,34%  
Estatal

7,56%  
Grupos fora  
da lei

1,68%  
Não  
identificado

29,41%  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, o Peru experimentou a continuação de uma crise desencadeada pelo impeachment do ex-presidente Pedro Castillo no ano anterior. O governo interino, liderado pela presidente Dina Boluarte, reprimiu brutalmente protestos populares em favor de Castillo, resultando na morte de 49 manifestantes e na imposição unilateral de um estado de exceção em nove distritos do país. Nessa circunstância de repressão e violência, o IPYS-Peru registrou um total de 119 alertas por violações à liberdade de imprensa, representando um aumento de 17,8% em relação ao ano anterior. Consequentemente, a maioria dos alertas emitidos durante o ano — 83% do total — correspondem a agressões e ataques, como é comum em cenários de alta polarização e conflito social. As agressões e ataques à imprensa têm aumentado de forma constante no Peru. Este ano, foram registrados 99 alertas desse tipo, representando um aumento de 67,8% em relação a 2022. Novamente este ano, o Estado peruano se destacou como o principal agressor da imprensa, sendo identificado como responsável em 61,3% dos alertas emitidos no ano. Além da violência direta exercida principalmente pela

polícia nacional, o governo peruano também implementou medidas estruturais que afetam a liberdade de imprensa. Entre estas, destacam-se a detenção arbitrária de 3 jornalistas e a abertura de pelo menos 7 novos processos judiciais contra a imprensa. Por fim, o governo de Boluarte propôs pelo menos 2 projetos de lei que representam um retrocesso para a liberdade de expressão e imprensa no país. Por um lado, o governo peruano introduziu um projeto de lei que pretende exigir a creditação obrigatória de jornalistas pela associação de jornalismo, concedendo a essa organização o poder de decidir quem pode ser chamado de jornalista no Peru. Além disso, o governo está promovendo um projeto de lei que busca aumentar as penas de prisão para pessoas que divulgam informações consideradas difamatórias, contrariando os padrões interamericanos sobre o assunto. Segundo o IPYS-Peru, ambos os projetos de lei têm o potencial de serem utilizados de forma discricionária e arbitrária para inibir ou obstruir o trabalho jornalístico e refletem um padrão de uso abusivo do poder estatal que pode resultar em autocensura, especialmente para aqueles que reportam temas sensíveis como política, meio ambiente, corrupção e crime organizado.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Embora o IPYS-Peru não tenha registrado nenhum alerta de gênero em 2023, de acordo com a organização, no Peru, há uma tendência preocupante de perseguição dirigida especificamente a jornalistas mulheres que investigam e expõem casos envolvendo políticos ou outros protagonistas com poder. Essa perseguição, exacerbada pelo componente de gênero, submete essas profissionais a formas de assédio e ataques que seus colegas homens raramente experimentam. Além disso, o uso crescente das redes sociais como plataforma de comunicação e jornalismo tem amplificado as agressões por parte de “trolls”, que atacam e tentam intimidar jornalistas com base em seu gênero ou etnia.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A liberdade de imprensa no Peru tem sofrido uma deterioração progressiva e constante ao longo dos últimos anos. No contexto de marcada polarização social, mobilização cidadã e repressão governamental, o IPYS-Peru registrou em 2023 a maior quantidade de alertas reportados pela organização

em um mesmo ano, desde que iniciou o monitoramento da Rede VDS em 2018. Para reverter essa situação, as autoridades devem começar investigando diligentemente e punindo de forma eficaz os ataques contra jornalistas, incluindo a proliferação de agressões físicas, ameaças e intimidações para evitar a instalação de um clima de impunidade. O Estado, com o apoio da sociedade civil, também deve se comprometer a revisar e atualizar a legislação vigente sobre liberdade de imprensa para adaptá-la aos padrões internacionais, especificamente no que diz respeito à penalização dos chamados “delitos contra a honra”, como difamação, injúria e calúnia. A proteção à reputação deve ser garantida apenas por meio de sanções civis, especialmente em casos de interesse público. Paralelamente, os meios de comunicação e a sociedade devem liderar uma estratégia de fortalecimento do mecanismo de proteção existente, o Mecanismo para a Proteção de Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, que também ampara jornalistas. Entre outras coisas, esse mecanismo deve monitorar e oferecer opiniões qualificadas sobre propostas de leis que afetem a liberdade de imprensa, além de estabelecer protocolos de atuação para proteger os jornalistas.

# URUGUAI

60 ALERTAS

3 alertas de gênero



15  
agressões  
e ataques



15  
discursos  
estigmatizantes



9  
processos cíveis  
e processos  
criminais



15  
restrições  
ao acesso à  
informação



3  
usos abusivos  
do poder estatal



2  
marcos jurídicos  
contrário aos  
padrões  
internacionais



1  
restrição  
na internet

## VÍTIMAS

15



7



38

?

## AGRESSORES

61,7%  
Estatal

28,3%  
Não estatal

10%  
Não identificado



## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Anteriormente considerado como referência em liberdade de imprensa no continente, o Uruguai tem mostrado um contínuo declínio nas condições para o exercício jornalístico independente no país. Em 2023, a Cainfo registrou 60 alertas, um aumento de 11% em relação a 2022. Além do aumento no número total de alertas registrados, os dados coletados pela Cainfo indicam uma alta participação de protagonistas estatais nas agressões à imprensa. Este ano, 61,7% dos ataques à imprensa foram cometidos por protagonistas estatais, um percentual que tem se mantido acima de 60% nas últimas 3 edições do Relatório Sombra. Dessa forma, o Uruguai se tornou o terceiro país da região com a maior participação de protagonistas estatais na violência contra a imprensa. Em muitos casos, esses ataques lamentavelmente provêm de autoridades públicas. Em 2023, a senadora Graciela Bianchi foi responsável por 10% de todas as agressões do ano, principalmente através de discursos estigmatizantes. A senadora também ameaçou processar criminalmente o jornalista Leo Sarro, após ter sido apontada, através de uma investigação jornalística, por supostas irregularidades em sua gestão. Os dados também refletem um abuso sis-

temático do sistema judiciário para tentar silenciar a imprensa uruguaia. A Cainfo encerrou 2023 com o registro de 9 alertas por processos judiciais, um padrão que vem se repetindo desde 2021. Nos últimos 3 anos, a organização relatou 35 alertas por processos judiciais, mais de 10 anuais. Esse ano, a política de perseguição judicial foi exemplificada no caso da rádio comunitária La Kandela, vítima de uma ação judicial movida pela promotora Irena Penza. A Cainfo também denunciou ameaças enviadas contra dois meios de comunicação uruguaio por cobrirem a atividade criminal do narcotraficante Sebastián Marset, que até agora tem um mandado de prisão internacional. Infelizmente, esse não é um caso isolado, já que a organização havia denunciado anteriormente a falta de condições de segurança para jornalistas que reportam sobre esse tipo de atividade criminosa, especialmente em zonas fronteiriças.

Em vez de demonstrar preocupação com a situação da liberdade de imprensa no Uruguai, o governo de Luis Lacalle Pou tem promovido uma reforma na Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, que poderá ser aprovada em 2024. Essas reformas têm sido objeto de intenso debate nacional por seu caráter regressivo, pois alteram limi-

tes previamente estabelecidos para concentração e material estrangeiro de mídia e têm sido denunciadas pela academia e pela sociedade civil por atentarem contra a transparência e o pluralismo. Por um lado, a reforma proposta aumenta o número máximo de licenças de rádio e televisão que um mesmo titular pode possuir, e por outro, permite a venda de até 100% das ações de empresas televisivas a grupos estrangeiros. Atualmente, a lei permite apenas a venda de no máximo 49% de um canal para empresas estrangeiras. A Cainfo destaca que a lei busca beneficiar diretamente certos grupos midiáticos alinhados ao governo e regularizar a concentração existente nas mãos de investidores estrangeiros. Por fim, o projeto inclui a revogação do pagamento a empresas pelo uso de frequências, o que afeta a indústria audiovisual e a difusão de arte, ciência e cultura no Uruguai. Apesar de ter tido algumas melhorias no final de 2023, o anteprojeto ainda não atende aos padrões internacionais de liberdade de imprensa ao eliminar um conjunto de instituições destinadas a garantir transparência, participação cidadã e uma administração independente dos meios de comunicação.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, foram registrados 3 alertas de gênero no Uruguai. Em um dos casos, a jornalista esportiva Ana Inés Martínez foi agredida em diferentes ocasiões por torcedores de times de futebol, chegando até mesmo a receber ameaças de morte de torcedores do clube Peñarol. O Círculo de Jornalistas Esportivos do Uruguai (CPDU) indicou que as agressões não ocorrem apenas por sua atividade profissional, mas por ser mulher. As agressões contra ela foram exacerbadas quando Martínez foi demitida pelo Canal 10 em dezembro de 2023, e ela denunciou ter sido vítima de assédio sexual e moral em seu local de trabalho por parte de superiores na empresa.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em outubro de 2024, serão realizadas eleições presidenciais e parlamentares no Uruguai, período em que tende a aumentar os riscos para o exercício jornalístico em toda a região. Diante dessa situação, o Estado, a sociedade civil e os meios de comunica-

ção uruguaiois precisam tomar medidas urgentes para melhorar as condições em que o exercício jornalístico ocorre no país, especialmente a segurança e proteção dos jornalistas que cobrirão o processo eleitoral. As autoridades nacionais também devem enfatizar o reforço dos processos de transparência na divulgação de informações públicas, permitindo a fiscalização da imprensa e de organizações da sociedade civil ao longo de todo o processo, de acordo com a legislação nacional. Além disso, o governo de Lacalle Pou precisa permitir um debate

público mais aprofundado sobre a reforma da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, buscando evitar um retrocesso na liberdade de imprensa e nos direitos humanos. Por fim, as autoridades estatais e outras pessoas que exercem funções de natureza pública devem se comprometer a aceitar um grau maior de tolerância à crítica e um escrutínio público mais rigoroso, devendo desistir do uso de linguagem estigmatizante e da instrumentalização da justiça para tentar silenciar a imprensa.



# VENEZUELA

**413** ALERTAS

**3** alertas de gênero 



**107**  
agressões  
e ataques



**123**  
discursos  
estigmatizantes



**9**  
processos cíveis  
e processos  
criminais



**113**  
restrições  
ao acesso à  
informações



**16**  
usos abusivos  
do poder estatal



**45**  
restrições  
na internet

## VÍTIMAS

**157**



**126**



**130**



## AGRESSORES

**49,4%**  
Estatal

**13,8%**  
Não estatal

**3%**  
Grupos  
fora da lei

**27,8%**  
Não identificado

**6%**  
Paraestatal

## CONTEXTO E TENDÊNCIAS

Em 2023, o regime de Nicolás Maduro manteve uma política de repressão estrutural e sistemática à liberdade de imprensa na Venezuela. Nos últimos anos, essa política tem sido marcada pela concessão discricionária de frequências de rádio a simpatizantes do governo, pela aquisição de insumos para sufocar a imprensa independente, pela perseguição a fontes e anunciantes, pelas restrições ao acesso à informação pública e pelos ataques aos portais dos meios de comunicação digitais. De acordo com o estudo do IPYS-Venezuela, “Atlas do Silêncio”, em sua segunda edição, como consequência da repressão sistemática à imprensa independente, atualmente existem 133 localidades na Venezuela onde não há acesso a meios de comunicação locais pela população, elevando para mais de 7 milhões o número de venezuelanos que vivem em desertos de notícias. Este ano, a situação da liberdade de imprensa no país foi marcada por dois eventos. Em primeiro lugar, a realização das eleições primárias da oposição, em outubro de 2023. Apesar de ser um evento de relevância nacional, jornalistas e meios de

comunicação relataram ter recebido ameaças e intimidações por parte da Comissão Nacional de Telecomunicações (CONATEL), exortando os meios de comunicação, rádios e televisões a não cobrir as eleições primárias da oposição. Em segundo lugar, a promoção de leis restritivas que afetarão a liberdade de expressão e o debate aberto no contexto eleitoral de 2024. Trata-se da Lei contra o Fascismo, Neofascismo e Expressões Similares, também conhecida simplesmente como Lei contra o Fascismo, e a “Lei de Fiscalização, Regularização, Atuação e Financiamento de Organizações Não Governamentais e Afins”, conhecida como Lei Anti-Sociedade. A Lei contra o Fascismo promovida pelo governo de Nicolás Maduro é uma lei de cunho penal que pode ser usada para censurar e punir a imprensa, pois prevê, entre outras coisas, a revogação de concessões de rádio e televisão a meios que divulguem mensagens que possam ser consideradas fascistas ou “de natureza similar”. A Lei Anti-Sociedade, por sua vez, atentaria contra o direito de associação da sociedade civil venezuelana, incluindo a dos meios de comunicação.

## GÊNERO E INCLUSÃO

Em 2023, o IPYS-Venezuela registrou 3 alertas de gênero. Todos correspondem a agressões e ataques com conteúdo misógino e 2 deles foram cometidos no espaço digital por pessoas não identificadas. O IPYS-Venezuela tem denunciado repetidamente a prevalência nas redes sociais venezuelanas do uso de comentários sexistas e discriminatórios devido ao gênero, à orientação sexual ou à aparência física das vítimas.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O ano de 2024 será crucial para o país. As eleições presidenciais agendadas para o mês de julho geraram esperança de que possa haver certa abertura democrática. Para garantir a legitimidade do processo eleitoral e garantir a segurança e integridade da imprensa, é fundamental que os meios de comunicação e jornalistas possam trabalhar com liberdade, pleno acesso à informação e sem temor de serem agredidos durante a cobertura eleitoral. Diante da probabilidade de aumento da violência durante o período, é urgente que as orga-

nizações da sociedade civil e os meios de comunicação, com o apoio da comunidade internacional, trabalhem no fortalecimento de planos e protocolos de segurança para jornalistas na cobertura eleitoral. Também é importante instar o Estado venezuelano a promover e garantir o acesso à informação de interesse público, especialmente em relação ao processo eleitoral, e reiterar o apelo para cessar sua agressiva política de perseguição à imprensa independente, o que inclui abster-se de continuar instrumentalizando as instituições públicas, especialmente a CONATEL, para censurar e controlar os meios de comunicação.



# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A consolidação de regimes antidemocráticos e a proliferação do crime organizado na América Latina criaram uma combinação extremamente perigosa para a liberdade de imprensa e o exercício jornalístico na região. No âmbito regional, os dados indicam um agravamento da violência contra a imprensa, em meio a um clima de impunidade promovido pela inação — e às vezes pela cumplicidade — das autoridades estatais. Além disso, muitos governos da região, em vez de proteger a imprensa, são precisamente aqueles que a perseguem e estigmatizam. Esse contexto de violência e repressão tem levado à autocensura e ao exílio forçado de centenas de jornalistas em diferentes países da região. A violência e a repressão ao trabalho jornalístico não apenas ameaçam a integridade física e profissional dos jornalistas e trabalhadores da mídia, mas também têm consequências para a sociedade como um todo. A censura e a perseguição à imprensa independente minam os próprios alicerces da democracia ao negar informações verdadeiras aos cidadãos e evitar a prestação de contas das autoridades públicas, perpetuando a impunidade e consolidando o poder de regimes autoritários. Diante desse cenário, são propostas seis abordagens estratégicas para melhorar a situação da liberdade de imprensa nos próximos anos:

## 1. Implementar mecanismos e políticas públicas eficazes de proteção e incentivo ao trabalho jornalístico

A persistente violência contra jornalistas em toda a região evidencia a urgente necessidade de ações governamentais para garantir a proteção dos profissionais de imprensa. A experiência do Brasil surge como um exemplo positivo na implementação de mecanismos e políticas públicas eficazes de proteção e incentivo ao trabalho jornalístico. Uma colaboração interseccional entre o Estado, a sociedade civil e os meios de comunicação estabeleceu iniciativas que buscam salvar a liberdade de imprensa e garantir um ambiente seguro para o exercício jornalístico. Esse esforço conjunto permitiu estabelecer o Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, que é um esforço interinstitucional para proteger jornalistas brasileiros. Além disso, onde houver oportunidade, como no caso do Equador, é importante promover amplos acordos políticos com diversos setores da sociedade que estabeleçam compromissos para a criação de mecanismos e leis para a promoção de uma imprensa livre e pluralista. Esses acordos, baseados em valores democráticos fundamentais, devem se materializar no desenvolvimento de políticas

públicas de longo prazo e em um quadro de estabilidade política que transcenda as mudanças de governo. Além disso, é crucial educar a sociedade sobre a importância da liberdade de imprensa como pilar fundamental da democracia e do estado de direito. Por meio de programas educacionais e campanhas de sensibilização, é possível aumentar a conscientização pública sobre os direitos e responsabilidades associados à liberdade de imprensa e ao acesso à informação, promovendo assim uma cultura de respeito e apoio ao trabalho jornalístico.

## **2. Garantir a independência judicial e marcos legislativos conforme os padrões internacionais de liberdade de imprensa**

Em toda a região, o poder judiciário é utilizado como uma ferramenta política para restringir a liberdade de imprensa. Isso é evidenciado pela aplicação de mecanismos legais para perseguir o jornalismo independente e pela criação de leis que não estão de acordo com os padrões internacionais. Além disso, a persistente impunidade em casos de violência gera um clima de medo que pode levar à autocensura. Portanto, garantir a independência judicial é uma medida crucial para proteger a liberdade de imprensa na América Latina. É fundamental que os sis-

temas judiciais sejam imparciais e capazes de agir sem influências externas em casos relacionados à violência ou intimidação contra jornalistas. A impunidade nos crimes contra a imprensa não apenas mina a confiança nas instituições democráticas, mas também perpetua um ambiente hostil para a prática do jornalismo. Os Estados devem estabelecer procedimentos de nomeação de magistrados e juízes sem filiação política, garantir mecanismos de proteção para operadores de justiça e estabelecer comissões de avaliação do desempenho judicial autônomas. Também devem incluir linhas em seus orçamentos para procuradorias especializadas encarregadas de investigar crimes contra jornalistas e combater a impunidade. Além disso, é necessário revisar a legislação para a progressiva descriminalização de crimes de honra, como difamação e calúnia, para que estes não sejam utilizados como mecanismos para silenciar a imprensa. Finalmente, é fundamental implementar programas de formação dirigidos a juízes e operadores de justiça em questões de gênero. Isso permitirá adotar medidas para prevenir e punir qualquer forma de violência de gênero tanto dentro do jornalismo quanto na sociedade em geral, além de garantir o acesso igualitário à justiça e à proteção dos direitos de todas as pessoas.

### **3. Abordar a problemática do crime organizado com respostas regionais e nacionais**

O crime organizado alcançou uma preocupante predominância na América Latina, representando uma séria ameaça à estabilidade e segurança na região e tornando-se uma ameaça iminente ao exercício da imprensa livre. Abordar essa problemática requer respostas tanto ao nível nacional quanto regional. Nacionalmente, é crucial que os países fortaleçam suas instituições judiciais e de segurança para combater a corrupção e a impunidade, garantindo a independência e imparcialidade do judiciário e das instituições policiais. Dotar as forças policiais de ferramentas tecnológicas é crucial para combater o narcotráfico, assim como garantir a nomeação de juizes não vinculados a organizações políticas ou com vínculos com o crime. Isso implica a implementação de mecanismos eficazes de proteção para jornalistas que investigam e denunciam atividades do crime organizado, como programas que ofereçam segurança pessoal e familiar, assistência jurídica e recursos financeiros para realocação, se necessário. Os veículos de comunicação também devem investir em programas de monitoramento e treinamento em segurança física e digital para seus

colaboradores, bem como em ferramentas tecnológicas para proteger a informação e alertar em situações de risco. Além disso, é crucial que os diferentes estados promovam, em cada país, a promulgação de leis que protejam a identidade dos jornalistas em tais casos. Também é fundamental incentivar a cooperação entre os países da região para abordar o crime organizado de forma coordenada e eficaz. Isso envolve o compartilhamento de informações de inteligência, o preparo de ações de segurança transfronteiriça e o fortalecimento dos mecanismos de cooperação judicial e policial ao nível regional. Devem ser implementados mecanismos de proteção e realocação transfronteiriços, onde jornalistas possam buscar refúgio, apoio psicossocial e a possibilidade de continuar seu trabalho jornalístico com maior segurança. Esses mecanismos devem incluir a flexibilização de vistos e procedimentos para residir em países seguros.

### **4. Fortalecer o trabalho da sociedade civil para potencializar a fiscalização e a busca da verdade**

Os governos em toda a América Latina, ao invés de promover a liberdade de imprensa, estão impondo restrições que dificultam o exercício do jornalismo e limitam o direito da

população à informação, como marcos jurídicos que restringem a atividade da imprensa, controles administrativos excessivos por parte do Estado e o uso discricionário da publicidade oficial. Diante dessa situação, é necessário estabelecer alianças sólidas entre a sociedade civil, as comunidades, os partidos políticos e a imprensa para enfrentar de forma conjunta e a longo prazo as ameaças e os ataques à liberdade de imprensa por parte do Estado e outros protagonistas. Essa colaboração permitirá fortalecer a capacidade de resposta e resistência diante das tentativas de censura e repressão. Além disso, é fundamental ampliar o papel de fiscalização do Estado e de outros poderes políticos e econômicos pela sociedade civil e pela imprensa, por exemplo, promovendo a criação de redes de apoio técnico, proteção e informação entre os protagonistas locais. Essas redes poderiam permitir a troca de conhecimentos e recursos entre ambos os setores, assim como impulsionar ações conjuntas de incidência e prestação de contas para os agressores da liberdade de imprensa.

## **5. Ação coordenada da comunidade internacional para defender a liberdade de imprensa**

A defesa da liberdade de imprensa requer uma ação coordenada ao nível internacional para fazer face aos desafios enfrentados pelos meios de comunicação e pelos jornalistas em toda a América Latina. É fundamental que a comunidade internacional invista no fortalecimento interno dos meios de comunicação e dos jornalistas, fornecendo recursos técnicos, humanos e mecanismos de proteção e segurança adequados. Isso inclui o apoio financeiro para melhorar a formação profissional, adquirir tecnologia moderna e implementar medidas de segurança que protejam a integridade física e a liberdade de imprensa em ambientes hostis. Além disso, é necessário que a comunidade internacional aja de forma decisiva e coordenada diante dos retrocessos na liberdade de imprensa e na democracia, inclusive em países que tradicionalmente têm democracias sólidas. Como medida preventiva, deve-se reforçar a fiscalização desses países por meio dos instrumentos do

Sistema Interamericano Universal de Direitos Humanos. Devem ser tomadas medidas eficazes para pressionar os governos autoritários e promover a prestação de contas nos casos em que os direitos fundamentais de liberdade de imprensa sejam violados. Além disso, deve-se fornecer apoio na luta contra a corrupção e o crime organizado, gerando respostas regionais e fortalecendo as capacidades internas de cada país para proteger os jornalistas e garantir um ambiente seguro e propício para o exercício do jornalismo independente e crítico.

## **6. Investimento em políticas e protocolos diferenciados de gênero**

A violência contra jornalistas mulheres e jornalistas da comunidade LGBTQIA+ acarreta efeitos particularmente prejudiciais e diferenciados em comparação com a violência dirigida a homens cisgênero e heterossexuais no mesmo campo. É alarmante observar que a grande maioria dessas agressões ocorre em ambientes virtuais, destacando a urgente necessidade de regular essas interações e estabelecer leis e mecanismos de proteção eficientes para prevenir e mitigar

o impacto da violência on-line. Isso poderia incluir a criação de protocolos nos meios de comunicação e mecanismos de resposta rápida para a proteção de jornalistas que incluem atendimento emocional à vítima, assistência legal e coordenação direta com as plataformas de redes sociais para interromper ataques verbais, além de colaboração com as autoridades e suspensão de usuários conforme necessário. Além disso, é necessário um investimento significativo em políticas públicas que garantam às jornalistas mulheres poderem exercer sua profissão de forma segura e livre de violência, incluindo a criação de mecanismos especializados para lidar com a violência de gênero, bem como campanhas de conscientização social sobre essas questões. Os meios de comunicação também têm um papel crucial nesse processo, devendo fortalecer suas políticas internas para garantir a segurança e promoção das mulheres e de pessoas da comunidade LGBTQIA+ em suas estruturas, além de considerar a criação de editorias de gênero dentro das redações como uma medida essencial para garantir a plena participação desses grupos no âmbito jornalístico.





**VOCES  
DEL SUR**

**RELATÓRIO SOMBRA SOBRE A LIBERDADE  
DE IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA**

**2023**